



CERGRAL

Cooperativa de Eletricidade de Gravatal

PRESTAÇÃO
ANUAL DE
CONTAS
2011



1 – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1.1- INTRODUÇÃO

Senhoras e Senhores Associados,

Apresentamos o relatório das principais atividades do exercício de 2011, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária e regulatória do setor elétrico, e também o Balanço Social o qual consideramos importante para divulgar o desempenho social e ambiental da Cooperativa de Eletricidade de Gravatal – CERGRAL para a sociedade, parceiros e consumidores.

1.1.01 - MENSAGEM DO PRESIDENTE

As realizações do ano de 2011 demonstram mais uma vez a continuidade da seriedade dedicada ao patrimônio do associado, e do comprometimento com o atendimento a toda a sociedade Gravatalense. Mais uma vez pode-se afirmar que os objetivos foram cumpridos em todos os setores da cooperativa.

A transparência na administração da CERGRAL possibilita que qualquer cidadão conheça toda a estrutura, organização e operacionalização de todos os campos de trabalho da cooperativa.

Os funcionários da CERGRAL, em especial aqueles que enfrentam a chuva, sol forte, a diversidade de horários, os riscos de acidentes elétricos, continuam sendo alvo de muita atenção, com treinamentos, fornecimento de equipamentos adequados e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido.

Destacamos os investimentos na ampliação, melhoria e reforço da rede de distribuição neste ano de 2011, bem como aquisição de veículo e outros bens.

A CERGRAL mantém entre seus objetivos a aproximação com seus associados e consumidores, priorizando sempre o melhor atendimento possível, na busca constante de proporcionar soluções, crescimento e desenvolvimento a todos os interessados na sua área de atuação.

1.1.02 - MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Mais um ano se foi e estamos aqui, prestando contas a vocês do resultado dos nossos trabalhos e do esforço conjunto de toda a diretoria, em busca do melhor desempenho de nossa cooperativa. O bem estar de nossos cooperados e consumidores são nossa preocupação central e portanto a própria razão de ser de nossa dedicação e esforço, porque entendemos que sendo instrumento para o desenvolvimento das atividades dos cooperados, é ela quem dá sustentação e sentido a nossa vontade, à nossa luta e ao nosso trabalho.

Os nossos associados realmente acreditam em nosso trabalho, a credibilidade resultante do trabalho livre, honesto e desinteressado oferecido por cada um daqueles que em seu nome, trabalha na CERGRAL. A vocês associados, devotamos o nosso trabalho e apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis referente ao exercício de 2011, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes.

1.1.03 - PERFIL

A Cooperativa de Eletricidade de Gravatal - CERGRAL, constituída em 16 de dezembro de 1961, é uma cooperativa do ramo de infra-estrutura, com sede na Rua Engenheiro Annes Gualberto, 288, Centro, município de Gravatal, Estado de Santa Catarina.

Em 28 de Novembro de 2008 a CERGRAL assinou contrato com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, onde adquiriu o status de permissionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica. Atua em seis municípios, dos 293 que compõem o estado de Santa Catarina, atende o município de Gravatal e pequenas partes dos municípios de: Imaruí, Armazém, Capivari de Baixo, Laguna e Tubarão. A área de concessão totaliza 201 km².

A CERGRAL presta os melhores serviços há mais de 50 anos e para isso valoriza o corpo funcional focando:

- Cargos e Salários;
- Avaliação dos Resultados;
- Programa de Habilitação Profissional;
- Investimento em Treinamento Técnico;
- Programa de Qualidade Total e
- Segurança e Medicina no Trabalho.

A CERGRAL segue a política de qualidade, buscando a melhoria contínua na coleta de dados dos indicadores de continuidade individual e coletivo, através da capacitação e treinamento dos seus colaboradores,

para atender os requisitos regulamentares do cliente, expectativas dos associados e demais partes interessadas na área de Distribuição de Energia Elétrica.

Para bom desempenho e a qualidade no atendimento, conta com uma central de atendimento na sede do município de Gravatal e sua arrecadação é realizada em cobrança integrada disponível em qualquer agência bancária em nível nacional.

O número de colaboradores efetivos em 31 de dezembro de 2011 era de 35 e o número de consumidores associados e não associados de 5.095.

A CERGRAL tem seu sistema de distribuição composto conforme quadro a seguir:

| Composição do Sistema de Distribuição | |
|---|--------|
| Redes de Distribuição-Projeção em Solo (Km) | 294,55 |
| Postes | 6.594 |
| Transformadores | 400 |
| Potência Instalada em Transformadores (KVA) | 10.159 |

1.1.04 – ESTRUTURA SOCIETÁRIA

O Estatuto Social da Cooperativa é o documento oficial que determina o funcionamento de cada órgão existente. É aprovado em Assembléia Geral, órgão supremo, que determina e autoriza a aplicação destas regras.

A igualdade se consolida na disposição estatutária que define que independente do número de quotas parte de capital que tenha o associado, este terá direito a um único voto nas assembleias.

1.2- CENÁRIO – COOPERATIVISTA

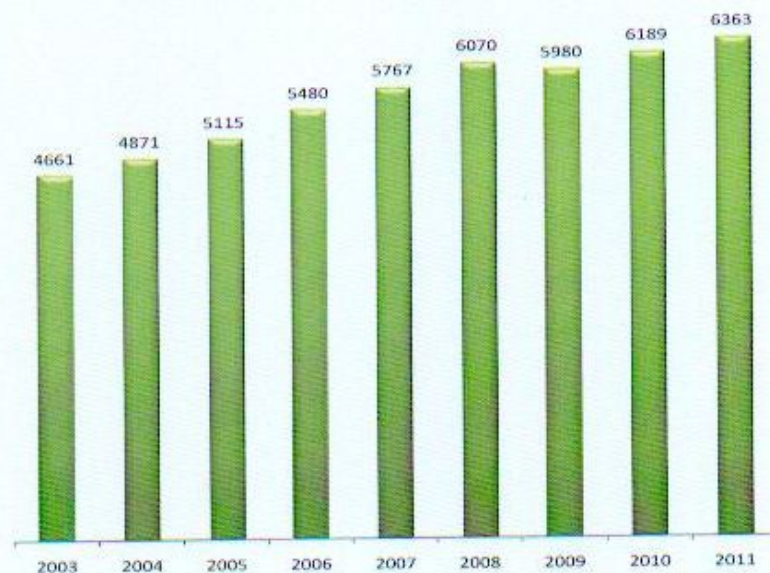
1.2.01 - CAPITAL SOCIAL E NÚMERO DE ASSOCIADOS

Valores em R\$

| Ano | N.º Coop. | Capital | | |
|------|--------------|-----------|---------------|----------------|
| | | Subscrito | Integralizado | A Integralizar |
| 2003 | 4661 | 2.870,00 | 2.744,00 | 126,00 |
| 2004 | 4871 | 2.100,00 | 1.700,00 | 400,00 |
| 2005 | 5115 | 2.440,00 | 2.440,00 | 0,00 |
| 2006 | 5480 | 3.650,00 | 3.650,00 | 0,00 |
| 2007 | 5767 | 2.870,00 | 2.870,00 | 0,00 |
| 2008 | 6070 | 3.030,00 | 3.020,00 | 10,00 |
| 2009 | 5980 | 2.590,00 | 2.590,00 | 0,00 |
| 2010 | 6189 | 4.740,88 | 4.730,88 | 10,00 |
| 2011 | 6363 | 5.535,76 | 5.515,76 | 20,00 |

Em 2011 foram admitidos 282 novos associados, e ainda houve a demissão de 108 associados. O Capital Social teve um acréscimo por subscrição no valor de R\$ 5.535,76.

Número de Associados por Exercício



1.2.02 - INGRESSOS/RECEITAS E DISPÊNDIOS/DESPESAS C/ENERGIA ELÉTRICA

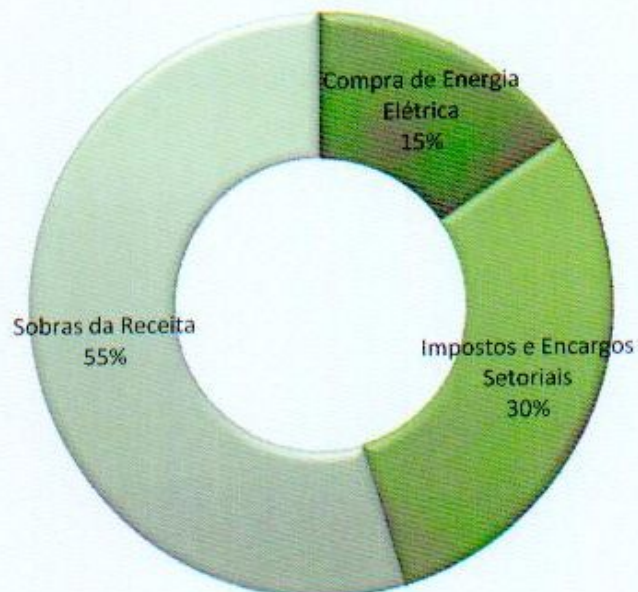
Valores em R\$ mil

| Descrição | | 2011 | | 2010 | Varição |
|---|--------------|-----------------|--------------|-----------------|---------------|
| (+) Ingressos/Receitas com energia | 100% | 6.321,07 | 100% | 6.124,34 | 3,21% |
| (-) Custo de compra da energia | 15,5% | 980,49 | 13,3% | 817,28 | 19,97% |
| (-) Impostos e Encargos Setoriais | 29,9% | 1.889,26 | 27,6% | 1.693,18 | 11,58% |
| (=) Sobras de receitas com energia | 54,6% | 3.451,32 | 59,1% | 3.613,88 | -4,50% |

OBS: Energia elétrica (faturada)

Em 2011 a compra de energia elétrica representou 15% da receita, o pagamento de impostos (ICMS, ISS, PIS, COFINS) e os encargos setoriais representaram 30% da receita.

Resultado da Energia Elétrica

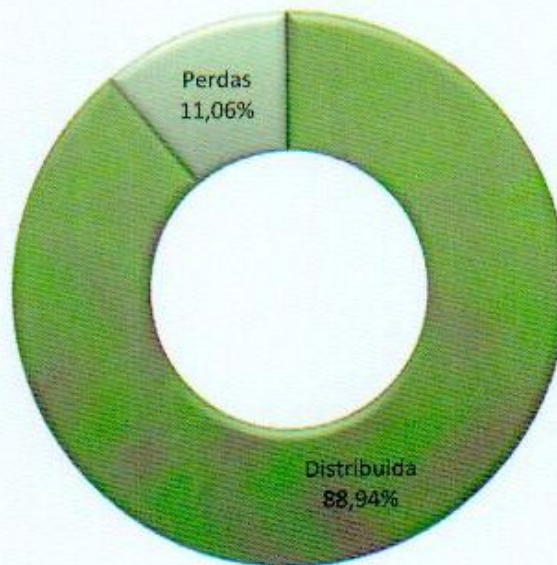


1.2.03 - PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

| Descrição | Quantidade em GWh | | | | |
|--|-------------------|--------------|----------------|--------------|--------------|
| | 2011 | | 2010 | | Varição |
| (+) Energia elétrica adquirida Celesc | 97,00% | 20,35 | 98,95% | 19,72 | 3,19% |
| (+) Energia elétrica adquirida Proinfa | 3,00% | 0,63 | 1,05% | 0,21 | 200,00% |
| (=) Total da energia elétrica adquirida | 100,00% | 20,98 | 100,00% | 19,93 | 5,27% |
| (-) Energia elétrica distribuída (lída) | 88,94% | 18,66 | 90,27% | 17,99 | 3,72% |
| (=) Perdas na distribuição | 11,06% | 2,32 | 9,73% | 1,94 | 19,59% |

O índice de perdas de energia elétrica total da CERGRAL em 2011 foi de 11,06%. Essas perdas foram 1,33 pontos percentuais maiores em relação ao ano anterior. No cálculo foram consideradas as perdas técnicas e comerciais.

Destino da Energia Elétrica Adquirida



1.2.04 - RESULTADO DO EXERCÍCIO E DESTINAÇÕES

| Descrição | Valores em R\$ | | |
|---|-------------------|---------------------|----------------|
| | 2011 | 2010 | Variação |
| (+) Ingressos/Receitas totais | 6.438.113,49 | 6.228.659,01 | 3,36% |
| (-) Dispendio/Despesas totais | 5.799.519,17 | 5.176.145,17 | 12,04% |
| (=) Resultado do Exercício | 638.594,32 | 1.052.513,84 | -39,33% |
| (-) Destinações Estatutárias | 338.657,21 | 547.803,99 | -38,18% |
| (+) Realização das Reservas (RATES) | 113.871,16 | 106.454,57 | 6,97% |
| (+) Realização Res.de Manut.Ampl.e Melhoria | 211.941,18 | 166.014,77 | 27,66% |
| (=) Sobras a Disposição da AG | 625.749,45 | 777.179,19 | -19,48% |

| Destinação | Valores em R\$ | | |
|--|-------------------|-------------------|----------------|
| | 2011 | 2010 | Variação |
| Reserva Legal | 59.987,42 | 100.941,97 | -40,57% |
| RATES | 68.713,82 | 93.565,12 | -26,56% |
| Reserva de Manutenção Ampliação e Melhoria | 209.955,97 | 353.296,90 | -40,57% |
| Total | 338.657,21 | 547.803,99 | -38,18% |

Proposta

A administração da CERGRAL após deliberação interna do seu conselho de administração em 09 de fevereiro de 2012, apresenta como sugestão para apreciação da assembleia geral ordinária a seguinte proposta de destinação de sobras:

- R\$ 211.941,18 oriundo da realização da reserva de manutenção, ampliação e melhoria para aumento de capital social, já previsto estatutariamente.
- R\$ 413.808,27 que seja distribuído aos associados em quotas de capital social da Cooperativa de Geração de Energia Elétrica e Desenvolvimento de Gravatal, dos quais R\$ 260.000,00 já foram destinados segundo decisão do conselho de administração para ratificação da assembleia geral.

Justificativa

O aumento do capital social atende os princípios cooperativistas que premia aqueles que contribuem para o sucesso das sobras, ou seja, o maior nível de vantagem, cuja divisão matemática será de acordo com as operações financeiras mantidas com a CERGRAL.

A destinação de R\$ 413.808,27 que o associado alocará no investimento em geração de energia elétrica, justifica-se pelo fato do empreendimento correspondente já ter construído a Subestação de Energia Verde Vale e a Linha de Transmissão de 34,5 KV, com 35 km de extensão, ambas as obras prontas para entrar em operação compartilhadas com outras 5 PCHs. Todos os investimentos efetuados foram com recursos próprios. Há neste

momento necessidade de investimentos na ordem de R\$ 134.000,00 para aquisição de terrenos para área de alague e preservação ambiental necessária para finalizar a documentação exigida pela ANEEL. A ratificação da decisão da diretoria sobre a transferência de sobras no valor de R\$ 260.000,00 para aumento de capital mediante aquisição de mais 3% das ações, ampliará para 13,44% a participação dos associados no projeto PCH Santa Rosa.

1.2.05 - AMPLIAÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO

Para melhorar ainda mais a qualidade da energia fornecida aos associados, proporcionando estabilidade ao seu sistema elétrico, a CERGRAL construiu, ampliou e reformou 15,68 km de redes nas localidades abaixo relacionadas:

| Construção/Ampliação/Reforma das redes em 2011 | | |
|--|---------------|---------------|
| Localidade | Metros | Km |
| Ângulo | 400 | 0,400 |
| Baixadinha | 495 | 0,495 |
| Bela Vista | 1.935 | 1,935 |
| Caeté | 380 | 0,380 |
| Indaial | 2.380 | 2,380 |
| Pouso Alto | 943 | 0,943 |
| Praça | 1.200 | 1,200 |
| Sanga da Areia | 1.500 | 1,500 |
| São Bento | 210 | 0,210 |
| São José | 160 | 0,160 |
| São Roque | 756 | 0,756 |
| Sertão dos Medeiros | 800 | 0,800 |
| Termas | 2.723 | 2,723 |
| Tiradentes | 850 | 0,850 |
| Lombra | 20 | 0,020 |
| Ilhota | 275 | 0,275 |
| Varzea das Canoas | 660 | 0,660 |
| Total | 15.687 | 15,687 |

| Extensão das redes em Km - Projeção em solo | | | |
|---|---------------|---------------|--------------|
| Localização da Rede | 2011 | 2010 | Variação |
| Rural | 248,27 | 244,27 | 1,64% |
| Urbana | 46,28 | 46,72 | -0,94% |
| Total | 294,55 | 290,99 | 1,22% |

| Número consumidore por Km | | |
|------------------------------|--------------|--------------|
| Localização dos Consumidores | Consumidores | Por Km |
| Rural | 2.386 | 9,61 |
| Urbana | 2.709 | 58,54 |
| Total | 5.095 | |
| Média Geral | | 17,30 |

Cumpra-nos também o dever de informar nossos associados e esta assembleia que todo planejamento de 2011 e a programação executadas foram: reformas, ampliações, construções de novas redes; Manutenção preventiva, setor de iluminação pública, instalação de banca de reguladores de tensão; Instalação de um novo transformador em definitivo na Subestação de Gravatal de 10 MVA. Estas são ações que nos dão total tranquilidade no suprimento de Energia pela CERGRAL, atendendo nossa demanda e permitindo que nosso município possa desenvolver-se continuamente.

Estas providências foram tomadas com senso de responsabilidade da nossa diretoria fazem lembrar em muito a motivação dos fundadores da cooperativa no sentido de bem servir nossa gente.

1.2.06 - ATIVIDADES SOCIAIS

Relatamos abaixo as principais atividades sociais desenvolvidas no decorrer do exercício de 2011 pela CERGRAL:

- Disponibilizou com mão de obra gratuita para manutenção e pequenos reparos, todos os estabelecimentos de Ensino do nosso município que nos procuraram.
- As Instituições Religiosas receberam apoio para divulgação de seus eventos.
- O esporte amador também foi apoiado, principalmente aquelas atividades que buscam afastar nossas crianças das drogas.
- As instituições relacionadas a educação do trânsito e meio ambiente também procuraram a CERGRAL e receberam apoio.
- O projeto "Cergal com Responsabilidade Social" teve grande alcance, pois visa preservar o meio ambiente e despertar cada vez mais o interesse das escolas e das empresas, que usam nossa tenda para armazenar: pilhas, baterias, eletrônicos, lâmpadas de sódio, mercúrio, fluorescentes, incandescentes e reatores, tão nocivos ao meio ambiente. Posteriormente estes materiais são encaminhados para o descarte ecologicamente correto.
- O seguro denominado "Plano Família", mantido com recursos dos associados com uma parcela do FATES e garantido pela Mutual Cia de Seguros, repassou R\$ 140.000,00 a 60 família de associados, proporcionando estas famílias com um sepultamento digno a seus entes queridos.
- A CERGRAL também com recursos do FATES e apoio financeiro do SESCOOP, destacou-se pela capacitação através de treinamentos ao seu quadro de colaboradores.

1.2.07 - ORGANIZAÇÃO, LEGISLAÇÃO E GERENCIAMENTO

Na área operacional, para o atendimento das atividades regulatórias e o cumprimento da legislação do setor elétrico, a CERGRAL busca constantemente esforço para atingir um modelo de gestão mais arrojado em termos técnicos, com recursos humanos mais capacitados, apesar do modesto contexto socioeconômico local, e para que todas as exigências da ANEEL a rigor fossem cumpridas.

A CERGRAL também vem implantando medidas desde o início 2011 para buscar a certificação da ISO 9001.

Foi desenvolvido um trabalho de medições dos campos eletromagnéticos, e com isso comprovar que os níveis destes campos elétricos não oferecem riscos aos associados e trabalhadores da CERGRAL.

Para garantir a qualidade da energia elétrica distribuída, em níveis de continuidade e tensão (DIC/FIC/MIC), de acordo com as exigências legais assegurando as medições de energia dos associados sorteados foram efetuados os testes correspondentes. Os que apresentaram valores de DRP e DRC acima do permitido foram regularizados. Podemos afirmar que no ano de 2011 as 104 medições (amostras) feitas, todas estão adequadas aos níveis estabelecidos.

Com relação a implantação do controle patrimonial – Resolução ANEEL 367/2009, as consultorias de patrimônio estão sendo concluídas e seus laudos deverão ser encaminhados a ANEEL tempestivamente.

1.2.08 – PLANEJAMENTO

Durante o exercício de 2011 o planejamento financeiro foi alcançado, com os investimentos planejados todos sendo realizados.

As metas na área de reformas do sistema ficaram pendentes as redes do interior: Morro Seco/Nossa Senhora de Fátima e trecho previsto Ângulo/Sanga da Areia e continuam no planejamento de 2012:

- Rede Morro Seco/Nossa Senhora de Fátima, relocação, ampliação e reforma;
- Rede Ângulo/Sanga da Areia trecho previsto João Ferminio/Ivonei Raldi, estas pela necessidade de afastá-las do reflorestamento existente;
- Rede Pouso Alto derivação Sertão dos Medeiros até o Britador A.Mendes Corrêa, relocação, isolamento e cabeamento para atender as necessidades de aumento da demanda requerida;
- Pouso Alto/Santo Expedito, ramal de alta e baixa tensão para atender necessidade do bairro;
- São Geraldo, ramal de alta e baixa tensão monofásica com extensão de 1,2 Km para atender dois agricultores;

- Aquisição de uma banca com três reguladores de tensão de 200 Amperes para ser instalada no alimentador GVL 2 a fim de garantir a qualidade de energia em todo perímetro urbano de Gravatal;
- Recabeamento e isolamento no trecho Tiradentes/Bairro Brasília, para atender a demanda requerida e a qualidade de energia.
- Em Indaial de Cima após ter sido modificado as divisas municipais, temos a necessidade de assumir a transferência de treze consumidores que utilizam energia da CELESC em caráter precário, e passarão a pertencer a nossa área de atuação. Para tanto temos que construir 1,5 Km de extensão de rede de alta e baixa tensão monofásica;
- Aquisição de equipamento de precisão para manutenção preventiva também é uma necessidade urgente.

As entidades de representação OCESC/FECOERUSC/INFRACOOP têm, em seu planejamento, uma expectativa positiva apesar de intensa no debate com os órgãos reguladores, fiscalizadores e institucionais para o exercício de 2012, no sentido de que a legislação vigente seja alterada para melhor atender as cooperativas.

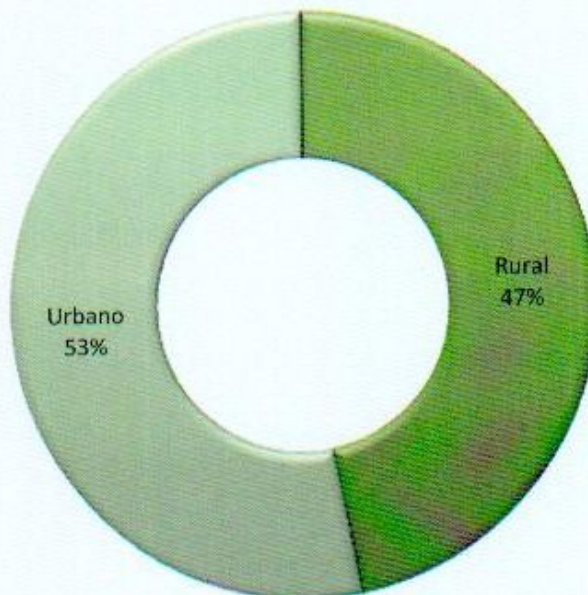
1.3 – CENÁRIO - PERMISSIONÁRIA

1.3.01 - DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Atualmente (base dezembro/2011), a CERGRAL possui 5.095 consumidores dos quais 53% estão localizados na área urbana e 47% na área rural, não registrando consumidor com Status de "Consumidor Livre".

| Localização dos Consumidores | Numero de Consumidores | | | | |
|------------------------------|------------------------|--------------|------|--------------|--------------|
| | | 2011 | 2010 | Varição | |
| Rural | 47% | 2.386 | 45% | 2.134 | 11,81% |
| Urbano | 53% | 2.709 | 55% | 2.599 | 4,23% |
| Total | 100% | 5.095 | 100% | 4.733 | 7,65% |

Localização dos Consumidores



1.3.02 - LIGAÇÃO DE CONSUMIDORES

No ano de 2011 foram realizadas 192 novas ligações, sendo: 159 residenciais, 20 comerciais, 1 industrial, 11 rurais e 1 poder público, totalizando 5.095 consumidores atendidos.

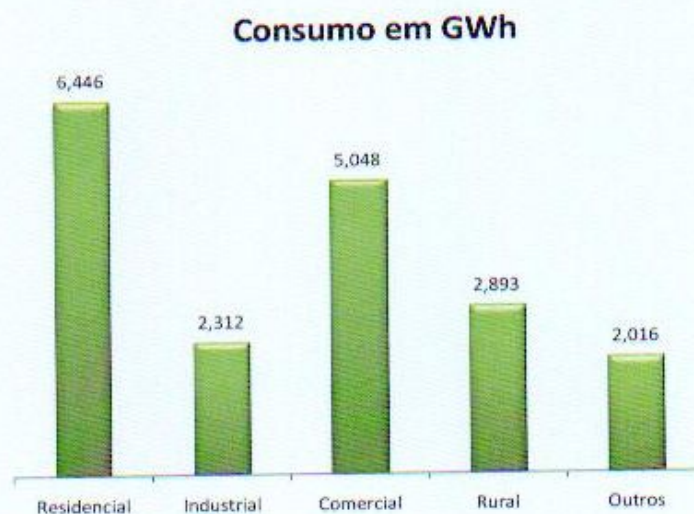
1.3.03 - COMPORTAMENTO DO MERCADO

A CERGRAL não possui geração de energia. Toda a energia comercializada é obtida através da aquisição junto a principal concessionária do estado de Santa Catarina, CELESC Distribuidora S.A.

1.3.04 - DISTRIBUIÇÃO DIRETA POR CLASSE DE CONSUMO

O mercado da CERGRAL é representado por 100% de Consumidores Cativos. Com relação a este mercado cativo, tivemos um acréscimo de 4,04% quando comparado com o desempenho do exercício anterior. A classe industrial foi a que apresentou maior crescimento com 9,63%. A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

| Classe | | 2011 | | 2010 | Varição |
|--------------|-------------|---------------|-------------|---------------|--------------|
| Residencial | 34% | 6,446 | 34% | 6,034 | 6,83% |
| Industrial | 12% | 2,312 | 12% | 2,109 | 9,63% |
| Comercial | 27% | 5,048 | 27% | 4,887 | 3,29% |
| Rural | 15% | 2,893 | 16% | 2,885 | 0,28% |
| Outros | 11% | 2,016 | 12% | 2,074 | -2,80% |
| Total | 100% | 18,715 | 100% | 17,989 | 4,04% |



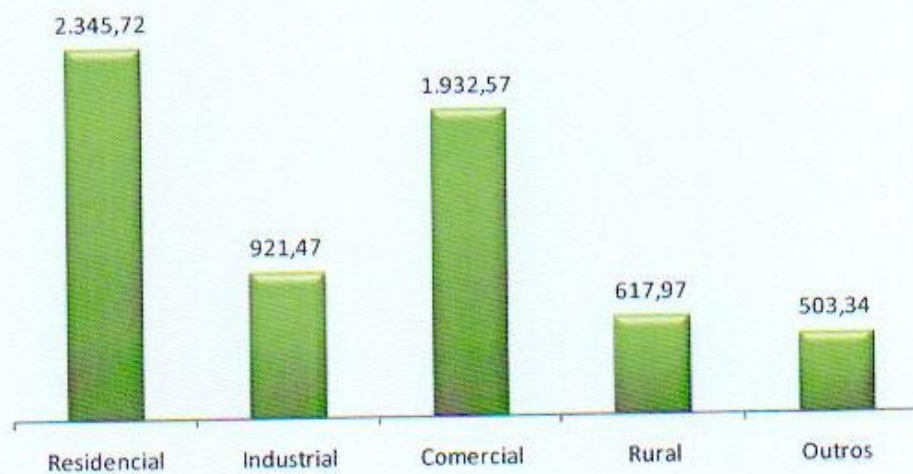
1.3.05 - RECEITA

A receita bruta decorrente do fornecimento de energia elétrica faturada no exercício, importou em R\$ 6.321,07 (R\$/mil), conforme quadro a seguir:

| Classe | Receita Bruta em R\$ mil | | | | |
|--------------|--------------------------|-----------------|-------------|-----------------|--------------|
| | | 2011 | | 2010 | Varição |
| Residencial | 37% | 2.345,72 | 36% | 2.210,58 | 6,11% |
| Industrial | 14% | 921,47 | 14% | 860,66 | 7,07% |
| Comercial | 31% | 1.932,57 | 31% | 1.885,69 | 2,49% |
| Rural | 10% | 617,97 | 10% | 623,99 | -0,96% |
| Outros | 8% | 503,34 | 9% | 543,42 | -7,38% |
| Total | 100% | 6.321,07 | 100% | 6.124,34 | 3,21% |

OBS: Energia elétrica (faturada)

Receita Bruta em R\$ mil

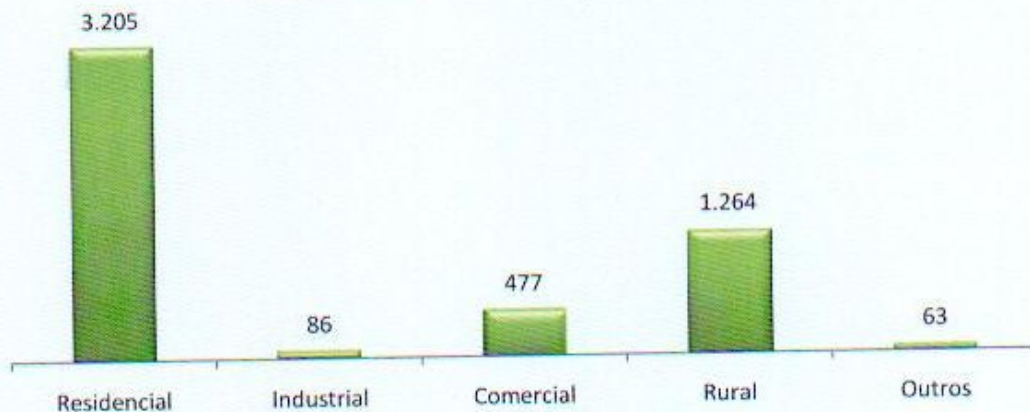


1.3.06 - NÚMERO DE CONSUMIDORES

O número de consumidores faturados em dezembro de 2011, apresentou um crescimento de 7,65% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se observa no quadro a seguir:

| Classe | Numero de Consumidores | | | | |
|--------------|------------------------|--------------|-------------|--------------|--------------|
| | | 2011 | 2010 | | Varição |
| Residencial | 63% | 3.205 | 62% | 2.955 | 8,46% |
| Industrial | 2% | 86 | 2% | 80 | 7,50% |
| Comercial | 9% | 477 | 9% | 418 | 14,11% |
| Rural | 25% | 1.264 | 26% | 1.218 | 3,78% |
| Outros | 1% | 63 | 1% | 62 | 1,61% |
| Total | 100% | 5.095 | 100% | 4.733 | 7,65% |

Número de Consumidores



O número de consumidores que compõem as classes industrial, comercial e outros somam 626, representando 12% do total de consumidores. Estes consumidores são responsáveis por 53% da receita da cooperativa.

| Classe | Receita Bruta em R\$ mil | | | |
|-------------------------------|--------------------------|--------------|-------------|-----------------|
| | 2011 | | | |
| | Consumidores | | Receita | |
| Residencial, Rural | 88% | 4.469 | 47% | 2.963,68 |
| Industrial, Comercial, Outros | 12% | 626 | 53% | 3.357,39 |
| Total | 100% | 5.095 | 100% | 6.321,07 |

| Classe | Receita Bruta em R\$ mil | | | |
|-------------------------------|--------------------------|--------------|-------------|-----------------|
| | 2010 | | | |
| | Consumidores | | Receita | |
| Residencial, Rural | 88% | 4.173 | 46% | 2.834,57 |
| Industrial, Comercial, Outros | 12% | 560 | 54% | 3.289,77 |
| Total | 100% | 4.733 | 100% | 6.124,34 |

1.3.07 - TARIFAS

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica, em dezembro de 2011 era de R\$ 268,02/MWh, com decréscimo de 0,57% com relação a dezembro de 2010.

| Classe | 2011 | 2010 | Variação |
|-------------|--------|--------|----------|
| Residencial | 302,41 | 304,73 | -0,76% |
| Industrial | 251,87 | 306,06 | -17,71% |
| Comercial | 241,49 | 289,38 | -16,55% |
| Rural | 185,29 | 187,79 | -1,33% |
| Outros | 185,39 | 196,25 | -5,53% |

OBS: Sem ICMS

| Composição da Tarifa | Residencial | Industrial | Comercial | Rural | Poder Público | Outros |
|---|-----------------|---------------|-----------------|---------------|---------------|---------------|
| Tarifa aplicada | 2.345,72 | 921,47 | 1.932,57 | 617,97 | 116,51 | 386,84 |
| (-) Impostos | 421,99 | 239,58 | 503,27 | 93,45 | 22,46 | 103,46 |
| PIS | 4,58 | 1,64 | 3,59 | 2,06 | 0,23 | 1,20 |
| COFINS | 21,14 | 7,58 | 16,55 | 9,49 | 1,06 | 5,55 |
| ISS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ICMS | 396,27 | 230,36 | 483,13 | 81,90 | 21,17 | 96,71 |
| (-) Encargos Setoriais | 180,95 | 64,91 | 141,71 | 81,22 | 9,04 | 47,57 |
| Fiscalização | 7,10 | 2,55 | 5,56 | 3,19 | 0,35 | 1,87 |
| CCC | 60,28 | 21,62 | 47,21 | 27,05 | 3,01 | 15,84 |
| RGR | 27,15 | 9,74 | 21,28 | 12,19 | 1,36 | 7,14 |
| P&D/PEE | 15,52 | 5,57 | 12,15 | 6,97 | 0,78 | 4,08 |
| Adicional de CCC | 6,31 | 2,26 | 4,94 | 2,83 | 0,31 | 1,66 |
| CDE | 64,59 | 23,17 | 50,59 | 28,99 | 3,23 | 16,98 |
| (-) Custo da energia | 337,71 | 121,13 | 264,47 | 151,56 | 16,87 | 88,75 |
| Energia | 257,92 | 92,51 | 201,98 | 115,75 | 12,88 | 67,78 |
| PROINFA | 35,18 | 12,62 | 27,55 | 15,79 | 1,76 | 9,25 |
| CUST | 44,61 | 16,00 | 34,94 | 20,02 | 2,23 | 11,72 |
| (=) Residual (Custos gerenciáveis) | 1.405,07 | 495,85 | 1.023,12 | 291,74 | 68,14 | 147,06 |

1.3.08 – QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por consumidor).

A evolução desses indicadores é apresentada no quadro abaixo:

| Ano | DEC (Tempo/Horas) | FEC (Quantidade) |
|------|----------------------|---------------------|
| 2011 | 20,16 | 14,00 |
| 2010 | 22,86 | 12,05 |

1.3.09 - ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR

A CERGRAL não participa do Programa Luz para Todos, tendo em vista que todos os domicílios de sua área de permissão se encontram atendidos.

1.3.10 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A administração da CERGRAL se considera adequadamente atenta as tecnologias de informação no que se refere a qualidade de serviços aos seus consumidores e ao cumprimento de exigências do órgão regulador, ANEEL.

A CERGRAL mantém uma página na rede mundial de computadores (www.cergral.com.br), com o objetivo de modernizar o acesso a informação por parte de seus associados, consumidores e demais interessados. Estão disponíveis no referido endereço, informações corporativas e de interesse geral.

1.3.11 - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

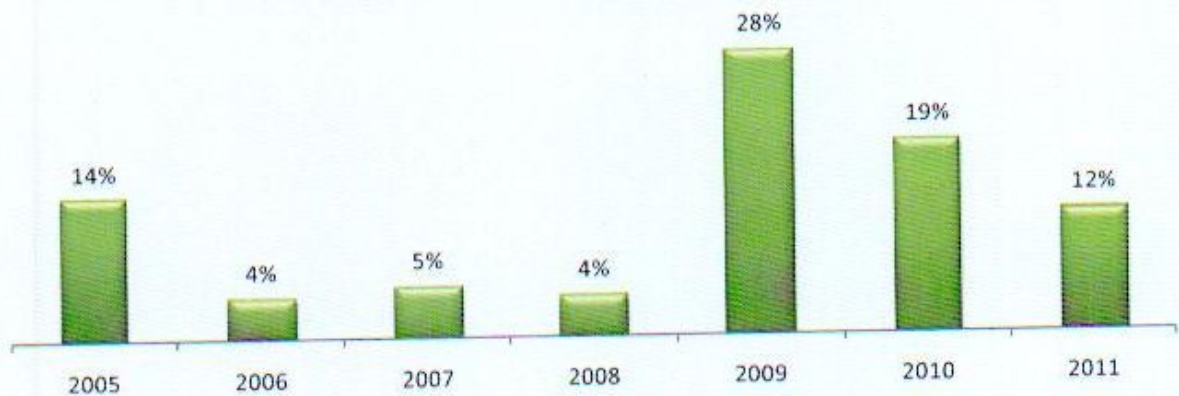
Em 2011, o resultado líquido foi de R\$ 638,59 (R\$/mil) contra um resultado líquido de R\$ 1.052,51 (R\$/mil) em 2010, ocasionando uma redução no resultado líquido. A Receita Operacional Líquida (Societária) atingiu R\$ 4.599,80 (R\$/mil) enquanto que em 2010 foi de R\$ 5.623,11 (R\$/mil).

As Despesas Operacionais (Societária) totalizaram em 2011 R\$ 1.028,30 (R\$/mil) sendo 5,51% inferior em relação a 2010. O aumento do Patrimônio Líquido do exercício foi de 5,95% em relação a 2010.

| Exercício | Lucro(Sobra) Líquido Últimos 7 anos - Em R\$ mil | |
|----------------------|--|-----|
| | Valor | % |
| 2005 | 536,23 | 14% |
| 2006 | 172,37 | 4% |
| 2007 | 223,18 | 5% |
| 2008 | 207,54 | 4% |
| 2009 | 1.225,05 | 28% |
| 2010 (Reapresentado) | 1.052,51 | 19% |
| 2011 | 638,59 | 12% |

OBS: % Com base na ROL

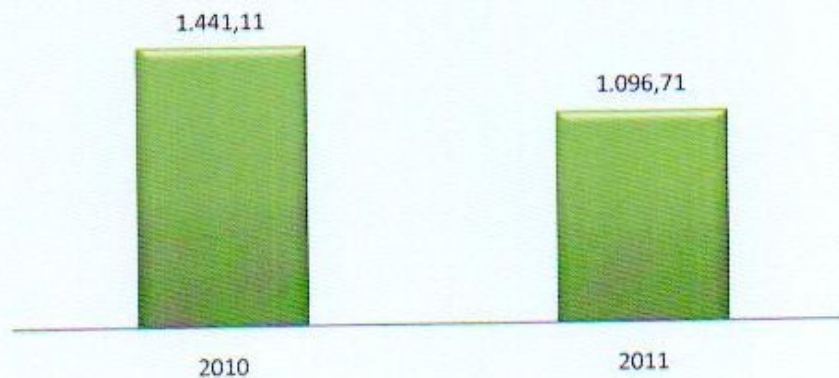
Lucro Líquido - Últimos 7 anos



O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 1.096,71 (R\$/mil) inferior em 23,89% a 2010, que foi de R\$ 1.441,11 (R\$/mil) conforme variação abaixo:

| Reconciliação do Resultado Operacional | Valores em R\$ mil | | |
|--|--------------------|-----------------|----------------|
| | 2011 | 2010 | Varição |
| Resultado Operacional | 640,15 | 1.037,16 | -38,28% |
| (+/-) Resultado Financeiro | 32,31 | 64,23 | -49,70% |
| (+) Depreciação e Amortização | 424,25 | 339,72 | 24,88% |
| EBITDA | 1.096,71 | 1.441,11 | -23,90% |

EBITDA ou LAJIDA



1.3.12 - INVESTIMENTOS

Em 2011, os investimentos da CERGRAL importaram em R\$ 599,93 (R\$/mil) sendo 9,46% superior em relação a 2010, conforme a seguir:

| Classe | Investimentos em R\$ mil | | |
|-----------------------|--------------------------|-----------------|--------------|
| | 2011 | 2010 | Variação |
| Investimentos | 7,22 | 6,72 | 7,44% |
| Intangíveis | 56,12 | 56,12 | 0,00% |
| Obras de Distribuição | 5.937,19 | 5.453,24 | 8,87% |
| Veículos | 696,59 | 536,91 | 29,74% |
| Equipamento Geral | 85,07 | 124,67 | -31,76% |
| Instalações Gerais | 36,31 | 40,91 | -11,24% |
| Edificações | 125,42 | 125,42 | 0,00% |
| Total | 6.943,92 | 6.343,99 | 9,46% |

1.3.13 - CAPTAÇÃO DE RECURSOS

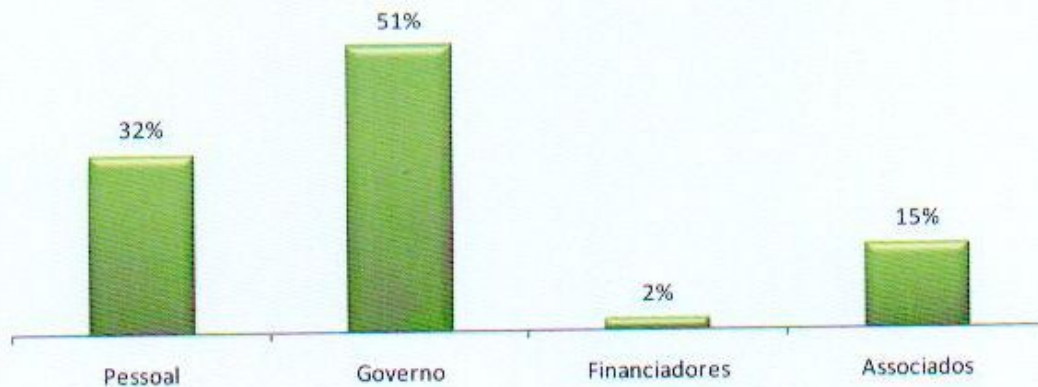
Os investimentos de 2011 foram realizados exclusivamente com recursos próprios.

1.3.14 - VALOR ADICIONADO

Em 2011, o valor adicionado gerado como riqueza pela CERGRAL foi de R\$ 4.422,94 (R\$/mil) representando 59,85% da Receita Operacional Bruta (Societária), com a seguinte distribuição:

| Distribuição | Valor Adicionado em 2011 - Em R\$ mil | |
|---------------|---------------------------------------|-------------|
| | Valor | % |
| Pessoal | 1.421,88 | 32% |
| Governo | 2.270,60 | 51% |
| Financiadores | 91,87 | 2% |
| Associados | 638,59 | 15% |
| Total | 4.422,94 | 100% |

Distribuição do Valor Adicionado - 2011



1.3.15 - RELAÇÃO COM O MERCADO

A CERGRAL busca manter seus funcionários atualizados, incentivando sua participação em seminários, cursos técnicos, jurídicos, administrativos e comerciais, fazendo com que estes se aprimorem no conhecimento do setor elétrico e cooperativista.

A missão da CERGRAL é atuar de forma rentável no mercado de energia, serviços e segmentos de infraestrutura e afins, promovendo a satisfação dos associados, clientes e colaboradores, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

A CERGRAL pretende ser a melhor empresa nos serviços que presta reconhecida por seus resultados obtidos, mantendo-se competitiva.

A CERGRAL busca os seguintes valores:

- Satisfação dos associados, cliente, colaboradores e fornecedores;
- Confiabilidade, junto aquelas com as quais a empresa se relaciona;
- Qualidade nos processos e resultados;
- Ética transparência e profissionalismo;
- Responsabilidade social e ambiental;
- Segurança e qualidade de vida;

1.4 – A CERGRAL EM NÚMEROS

| 1.4.01 - Atendimento | 2011 | 2010 | Variação |
|--------------------------------------|-------------|-------------|-----------------|
| Número de consumidores | 5.095 | 4.733 | 7,65% |
| Número de empregados | 35 | 34 | 2,94% |
| Número de consumidores por empregado | 146 | 139 | 5,04% |
| Número de diretores | 17 | 17 | 0,00% |
| Número de municípios atendidos | 6 | 6 | 0,00% |
| Número de agências | 1 | 1 | 0,00% |
| Número de postos de atendimento | 1 | 1 | 0,00% |
| Número de postos de arrecadação | 6 | 6 | 0,00% |

| 1.4.02 - Mercado | 2011 | 2010 | Variação |
|--|-------------|-------------|-----------------|
| Área de concessão (Km ²) | 201 | 201 | 0,00% |
| Geração própria (GWh) | 0 | 0 | 0,00% |
| Demanda máxima (MWh/h) | 4,35 | 3,94 | 10,41% |
| Distribuição direta (GWh) | 18,72 | 17,99 | 4,06% |
| Consumo residencial médio (KWh/ano) (Reapresentado 2010) | 6.545,93 | 6.047,77 | 8,24% |
| Tarifa médias fornecimento (R\$ por MWh) | 268,02 | 269,57 | -0,57% |
| População atendida | 10.636 | 10.636 | 0,00% |

| 1.4.03 - Financeiros | 2011 | 2010 | Variação |
|--|-------------|-------------|-----------------|
| Receita operacional bruta (R\$/mil) (Reapresentado 2010) | 7.389,06 | 7.316,29 | 0,99% |
| Receita operacional líquida (R\$/mil) (Reapresentado 2010) | 5.499,80 | 5.623,11 | -2,19% |
| Lucro líquido (R\$/mil) | 638,59 | 1.052,51 | -39,33% |
| Patrimônio líquido (R\$/mil) | 5.806,91 | 5.480,50 | 5,96% |

| 1.4.04 - Performance | 2011 | 2010 | Variação |
|--|-------------|-------------|-----------------|
| Custo Médio por Funcionário (R\$) | 3.689,06 | 2.923,75 | 26,18% |
| Energia Comprada por funcionário (MWh) | 581,543 | 579,912 | 0,28% |
| Energia Comprada por consumidor (MWh) | 3,995 | 4,166 | -4,10% |

| 1.4.05 - Capacidade de pagamento | 2011 | 2010 | Conceito | Parâmetro |
|----------------------------------|------|------|---|--|
| Liquidez imediata | 0,65 | 0,99 | Capacidade de pagamento de todo passivo circulante apenas com disponibilidades. | Para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo, tem no disponível. |
| Liquidez corrente | 3,13 | 3,93 | Capacidade de pagamento de dívida de curto prazo. | Para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo, tem no ativo circulante. |
| Endividamento geral | 0,18 | 0,16 | Indicador de solvência ou cobertura de dívida com todos os credores. | Para cada R\$ 1,00 no patrimônio líquido, a empresa tem de dívida. |
| Endividamento de curto prazo | 62% | 55% | Indica quanto da dívida total da empresa deverá ser paga a curto prazo. | Para cada R\$ 1,00 de dívida, o percentual desta que será pago a curto prazo é |

| 1.4.06 - Atividade | 2011 | 2010 | Conceito | Parâmetro |
|--|------|------|--|--------------------------|
| Giro do ativo (vezes) (Reapresentado 2010) | 1,08 | 1,16 | É a quantidade de vezes que a empresa consegue transformar o ativo em vendas | Quanto mais giro melhor. |
| Giro do PL (vezes) (Reapresentado 2010) | 1,27 | 1,33 | É a quantidade de vezes que a empresa consegue transformar o capital próprio em vendas | Quanto maior melhor. |
| Margem bruta (Reapresentado 2010) | 30% | 38% | Lucro bruto percentual obtido em cada venda (antes dos juros e impostos) | Quanto maior melhor. |
| Margem operacional (Reapresentado 2010) | 12% | 18% | Lucro operacional percentual obtido em cada venda (antes dos juros e impostos) | Quanto maior melhor. |
| Margem líquida (Reapresentado 2010) | 12% | 19% | Lucro final percentual obtido em cada venda | Quanto maior melhor. |
| Rentabilidade do ativo - bruta (Reapresentado 2010) | 10% | 17% | Representa a capacidade operacional de geração de lucro antes dos impostos e do resultado financeiro | Quanto maior melhor. |
| Rentabilidade do PL | 11% | 19% | Representa a remuneração do capital próprio. Indicador final de rentabilidade. | Quanto maior melhor. |

| 1.4.07 - Eficiência social e política | 2011 | 2010 | Conceito |
|--|----------|----------|---|
| Faturamento por consumidor (Reapresentado 2010) | 1.450,26 | 1.545,80 | Indica o valor do faturamento bruto por consumidor da cooperativa |
| Participação na atividade | 80% | 77% | Indica o percentual de consumidores em relação ao total de associados. |
| Composição do capital | 153,21 | 114,70 | Indica qual o valor médio de capital cada sócio tem na cooperativa |
| Grau de representatividade | 0,3% | 0,3% | Indica o percentual dos sócios conselheiros e administradores em relação ao total de associados |

| 1.4.08 - Outros | 2011 | 2010 | Conceito |
|--|------|------|---|
| Folha de pagto s/Faturamento (Reapresentado 2010) | 21% | 19% | Indica quanto representa o valor da folha de pagamento em relação ao faturamento bruto da cooperativa |
| Tributos s/Faturamento (Reapresentado 2010) | 19% | 18% | Indica quanto representa os tributos sobre o faturamento bruto da cooperativa |
| Encargos Setoriais (Reapresentado 2010) | 7% | 5% | Indica quanto representa os encargos setoriais sobre o faturamento bruto da cooperativa |

1.5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

1.5.01 - AGRADECIMENTOS

Diante dos resultados obtidos, a Administração da CERGRAL agradece inicialmente aos seus associados e consumidores, que são a razão da sua manutenção e ajudam a fazer dela uma empresa que é motivo de orgulho para o município de Gravatal. Agradece também as entidades de classe das quais participa, FECOERUSC, OCESC, INFRACOOOP. Agradecimento também de modo especial aos seus funcionários que sempre estiveram a postos no cumprimento do seu dever e aos partidos políticos de Gravatal que vem colaborando com sua participação na diretoria. Agradece finalmente a toda sua diretoria e conselheiros que participaram ativamente das decisões mais importantes para a sociedade. Agradece ainda as diversas superintendências da ANEEL com as quais mantivemos harmonioso e esclarecedor contato.

1.5.02 - COMPOSIÇÃO DO GRUPO RESPONSÁVEL PELA GESTÃO

DIRETORIA

| | |
|------------------|-----------------------------|
| Presidente: | João Vanio Mendonça Cardoso |
| Vice-Presidente: | Marcio Rodrigues da Luz |
| Secretário: | Evandro Esmeraldino |

CONSELHO ADMINISTRATIVO

| | |
|-----------------------|------------------------------|
| Conselheiro Efetivo: | Jerônimo Alves Santana |
| Conselheiro Efetivo: | Geraldo de Oliveira Albino |
| Conselheiro Suplente: | Jose Rafael Rodrigues Marega |
| Conselheiro Suplente: | Rogério Goulart da Silva |

REPRESENTANTES JUNTO A FECOERUSC

| | |
|-------------------------|----------------------------------|
| Representante Efetivo: | Alcides Martins de Souza |
| Representante Efetivo: | Andreia de Souza Cardoso Assmann |
| Representante Suplente: | Jose Marcelino Miguel |
| Representante Suplente: | João de Oliveira Martins |

CONSELHO FISCAL

| | |
|-----------------------|----------------------------------|
| Conselheiro Efetivo: | Nunes Agostinho de Oliveira |
| Conselheiro Efetivo: | Hercilio Correa Bez |
| Conselheiro Efetivo: | Geraldo Bittencourt Bergler |
| Conselheiro Suplente: | Anderson Policarpo Darella Neves |
| Conselheiro Suplente: | Niobei Mendes Martins |
| Conselheiro Suplente: | Dilton Ferminio Fidelis |

2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E N.E. REGULATÓRIAS

Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de Dezembro
I - Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

(Valores expressos em milhares de reais)

| | Nota de Ajuste | 2011 | | | 2010 | | |
|---|----------------|-----------------|-------------------|-----------------|-----------------|-------------------|-----------------|
| | | Societário | Ajustes CPCs | Regulatório | Societário | Ajustes CPCs | Regulatório |
| ATIVO | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | | |
| Consumidores, concessionárias e permissionárias | [1] | - | - | - | - | - | - |
| Despesas pagas antecipadamente | [2] | - | - | - | - | - | - |
| Outros ativos circulantes não afetados | | 1.977,01 | - | 1.977,01 | 1.850,73 | - | 1.850,73 |
| | | 1.977,01 | - | 1.977,01 | 1.850,73 | - | 1.850,73 |
| Não Circulante | | | | | | | |
| Consumidores, concessionárias e permissionárias | [1] | - | - | - | - | - | - |
| Créditos fiscais diferidos | [3] | - | - | - | - | - | - |
| Despesas pagas antecipadamente | [2] | - | - | - | - | - | - |
| Ativo financeiro concessão | | 5,68 | (5,68) | - | 5,68 | (5,68) | - |
| Outros ativos circulantes não afetados | | 35,72 | - | 35,72 | 25,84 | - | 25,84 |
| | | 41,40 | (5,68) | 35,72 | 31,52 | (5,68) | 25,84 |
| Investimentos | [4] | 7,22 | - | 7,22 | 6,72 | - | 6,72 |
| Imobilizado | [5] | - | 6.880,58 | 6.880,58 | - | 6.281,16 | 6.281,16 |
| Em serviço | | - | (2.236,86) | (2.236,86) | - | (1.993,59) | (1.993,59) |
| (-) Reintegração Acumulada | | - | 113,13 | 113,13 | - | 104,08 | 104,08 |
| Em curso | | - | 4.756,85 | 4.756,85 | - | 4.391,65 | 4.391,65 |
| Intangível | [6] | 4.694,16 | (4.638,04) | 56,12 | 4.338,01 | (4.281,89) | 56,12 |
| Em serviço | | 113,13 | (113,13) | - | 104,08 | (104,08) | - |
| Em curso | | 4.807,29 | (4.751,17) | 56,12 | 4.442,09 | (4.385,97) | 56,12 |
| TOTAL DO ATIVO | | 6.832,92 | - | 6.832,92 | 6.331,06 | - | 6.331,06 |
| PASSIVO | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | | |
| Passivo regulatório | [7] | - | - | - | - | - | - |
| Outros passivos circulantes não afetados | | 631,68 | - | 631,68 | 471,42 | - | 471,42 |
| | | 631,68 | - | 631,68 | 471,42 | - | 471,42 |
| Não Circulante | | | | | | | |
| Passivo regulatório | [7] | - | - | - | - | - | - |
| Outros passivos circulantes não afetados | | 394,33 | - | 394,33 | 379,14 | - | 379,14 |
| | | 394,33 | - | 394,33 | 379,14 | - | 379,14 |
| Patrimônio Líquido | | | | | | | |
| Capital social | | 974,88 | - | 974,88 | 709,88 | - | 709,88 |
| Reserva de capital | | - | - | - | - | - | - |
| Reserva de lucro | | 4.206,28 | - | 4.206,28 | 3.993,44 | - | 3.993,44 |
| Dividendo adicional proposto | | - | - | - | - | - | - |
| Reserva de avaliação patrimonial | [8] | - | - | - | - | - | - |
| Lucro (prejuízo) acumulado | [9] | 625,75 | - | 625,75 | 777,18 | - | 777,18 |
| | | 5.806,91 | - | 5.806,91 | 5.480,50 | - | 5.480,50 |
| TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 6.832,92 | - | 6.832,92 | 6.331,06 | - | 6.331,06 |

Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de Dezembro
II - Demonstração Regulatória do Resultado do Exercício

(Valores expressos em milhares de reais)

| | Nota de Ajuste | 2011 | | | 2010 | | |
|---|----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-------------------|-----------------|
| | | Societário | Ajustes CPCs | Regulatório | Societário | Ajustes CPCs | Regulatório |
| RECEITA OPERACIONAL BRUTA | [10] | 7.389,06 | (950,95) | 6.438,11 | 7.316,29 | (1.087,63) | 6.228,66 |
| Fornecimento de Energia Elétrica | | 3.706,86 | - | 3.706,86 | 3.795,79 | - | 3.795,79 |
| Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica | | 2.633,25 | - | 2.633,25 | 2.328,55 | - | 2.328,55 |
| Receita de Atividade Não Vinculada | [11] | - | - | - | - | - | - |
| Outras Receitas Vinculadas | [12] | 1.048,95 | (950,95) | 98,00 | 1.191,95 | (1.087,63) | 104,32 |
| DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL | | 1.889,26 | - | 1.889,26 | 1.693,18 | - | 1.693,18 |
| Tributos e Encargos | | 1.384,51 | - | 1.384,51 | 1.328,05 | - | 1.328,05 |
| Federais | | 74,67 | - | 74,67 | 74,12 | - | 74,12 |
| Estaduais e Municipais | | 1.309,84 | - | 1.309,84 | 1.253,93 | - | 1.253,93 |
| Encargos - Parcela "A" | | 504,75 | - | 504,75 | 365,13 | - | 365,13 |
| Reserva Global de Reversão - RGR | | 78,83 | - | 78,83 | 73,90 | - | 73,90 |
| Pesquisa e Desenvolvimento - P&D | | 22,53 | - | 22,53 | 29,67 | - | 29,67 |
| Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE | | 187,54 | - | 187,54 | 137,42 | - | 137,42 |
| Conta de Consumo de Combustíveis - CCC | | 175,01 | - | 175,01 | 119,91 | - | 119,91 |
| Programa de Eficiência Energética - PEE | | 22,53 | - | 22,53 | - | - | - |
| Outros Encargos (Energia Reserva e CCC ad.) | | 18,31 | - | 18,31 | 4,23 | - | 4,23 |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | | 5.499,80 | (950,95) | 4.548,85 | 5.623,11 | (1.087,63) | 4.535,48 |
| CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - Parcela "A" | [13] | 1.001,10 | - | 1.001,10 | 832,23 | - | 832,23 |
| Energia Elétrica Comprada para Revenda | | 748,81 | - | 748,81 | 626,17 | - | 626,17 |
| Energia Elétrica Comprada para Revenda - Pronta | | 102,15 | - | 102,15 | 46,20 | - | 46,20 |
| Encargos de Uso do Sistema de Transm./Distrib. | | 129,52 | - | 129,52 | 144,91 | - | 144,91 |
| Taxa de Fiscalização | | 20,62 | - | 20,62 | 14,95 | - | 14,95 |
| RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS | | 4.498,70 | (950,95) | 3.547,75 | 4.790,88 | (1.087,63) | 3.703,25 |
| CUSTOS GERENCIÁVEIS - Parcela "B" | | 3.883,61 | (950,95) | 2.932,66 | 3.620,72 | (1.087,63) | 2.733,09 |
| Pessoal | | 1.549,40 | - | 1.549,40 | 1.193,38 | - | 1.193,38 |
| Administradores | | 201,64 | - | 201,64 | 196,81 | - | 196,81 |
| Material | | 174,77 | - | 174,77 | 234,04 | - | 234,04 |
| Serviço de Terceiros | | 309,57 | - | 309,57 | 447,97 | - | 447,97 |
| Depreciação | [5] | - | 424,26 | 424,26 | - | 339,72 | 339,72 |
| Amortização | [6] | 424,26 | (424,26) | - | 339,72 | (339,72) | - |
| Arrendamento e Aluguéis | | - | - | - | - | - | - |
| Seguros | | 11,10 | - | 11,10 | 10,50 | - | 10,50 |
| Tributos | | 18,32 | - | 18,32 | 10,87 | - | 10,87 |
| Provisão Devedores Duvidosos | | 3,98 | - | 3,98 | 4,47 | - | 4,47 |
| Provisões - Outras | | 15,19 | - | 15,19 | 12,89 | - | 12,89 |
| Outros | [12] | 1.175,38 | (950,95) | 224,43 | 1.370,07 | (1.087,63) | 282,44 |
| Despesa de Atividade Não Vinculada | | - | - | - | - | - | - |
| RESULTADO DA ATIVIDADE DA CONCESSÃO | | 615,09 | - | 615,09 | 970,16 | - | 970,16 |
| RESULTADO EXTRA-CONCESSÃO | [14] | 57,36 | - | 57,36 | 131,23 | - | 131,23 |
| Receita Financeira | | 124,17 | - | 124,17 | 139,88 | - | 139,88 |
| Despesa Financeira | | (91,87) | - | (91,87) | (75,65) | - | (75,65) |
| Resultado Não Operacional | | 25,06 | - | 25,06 | 67,00 | - | 67,00 |
| LUCRO (PREJUÍZO) ANTES IRPJ/CSLL | | 672,45 | - | 672,45 | 1.101,39 | - | 1.101,39 |
| Imposto de Renda | | 21,16 | - | 21,16 | 30,55 | - | 30,55 |
| Contribuição social | | 12,70 | - | 12,70 | 18,33 | - | 18,33 |
| LUCRO (PREJUÍZO) | | 638,59 | - | 638,59 | 1.052,51 | - | 1.052,51 |

IV - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, bem como outros pronunciamentos emitidos por aquela autarquia federal.

A ANEEL instituiu a Contabilidade Regulatória através da Resolução Normativa nº 396/2010, a qual difere da Contabilidade Societária, principalmente pela não aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão. A Contabilidade Regulatória tem por finalidade, estabelecer as práticas e orientações contábeis necessárias às concessionárias e permissionárias de serviço público de transmissão e de distribuição de energia elétrica para registro contábil de suas respectivas operações e elaboração de demonstrações contábeis, de forma a atender as necessidades regulatórias, bem como, divulgar à sociedade um conjunto de informações que representam adequadamente a situação econômico-financeira em consonância com o arcabouço legal regulatório tarifário.

Para o exercício de 2011, a ANEEL determinou através do Despacho ANEEL nº 4.991, de 29/12/2011, novos modelos de apresentação e divulgação do Balanço Patrimonial Regulatório e Demonstração do Resultado do Exercício Regulatório. O novo modelo da Demonstração do Resultado do Exercício Regulatório tem como propósito a divulgação do resultado num formato que espelhe a estrutura tarifária, segregando em resultado antes e após os custos gerenciáveis, permitindo análise comparativa entre o resultado obtido e a tarifa concedida. Essas demonstrações foram estruturadas com base no Balanço Mensal Padronizado – BMP, juntamente com a conciliação entre o resultado das referidas demonstrações contábeis e as demonstrações contábeis societárias.

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em milhares de reais e foram aprovadas pelo conselho de administração e pelo conselho fiscal.

1. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Não existe ajuste para esse item

2. Despesas Pagas Antecipadamente

Não existe ajuste para esse item

3. Créditos Fiscais Diferidos

Não existe ajuste para esse item

4. Investimentos

| | Participação | 2011 | 2010 |
|-----------------------------|--------------|-------------|-------------|
| Investimentos | | | |
| Oficina Técnica Extremo Sul | 0% | 5,56 | 5,56 |
| Fecoeusc | 0% | 0,94 | 0,94 |
| SICOOB | 0% | 0,72 | 0,22 |
| | | 7,22 | 6,72 |

5. Imobilizado

a) Ajuste

Efeito do registro dos bens que compõem a infra-estrutura de distribuição de energia elétrica – base de remuneração regulatória, como ativo imobilizado. O ajuste tem origem na anulação dos efeitos decorrentes da aplicação das orientações contidas no ICPC 01 e OCPC 05, na estruturação das demonstrações contábeis societárias.

b) Composição do Imobilizado em Serviço e em Curso

| | 2011 | 2010 |
|---|-------------------|-------------------|
| Em Serviço | | |
| Terrenos | 5,68 | 5,68 |
| Edificações, Obras Civis e Benfeitorias | 119,75 | 119,75 |
| Máquinas e Equipamentos | 6.018,77 | 5.573,86 |
| Veículos | 696,59 | 536,91 |
| Móveis e Utensílios | 39,79 | 44,96 |
| | 6.880,58 | 6.281,16 |
| (-) Reintegração Acumulada | | |
| Edificações, Obras Civis e Benfeitorias | (25,26) | (20,36) |
| Máquinas e Equipamentos | (1.951,92) | (1.767,60) |
| Veículos | (237,27) | (180,18) |
| Móveis e Utensílios | (22,41) | (25,45) |
| | (2.236,86) | (1.993,59) |
| Em Curso | | |
| Máquinas e Equipamentos | 3,45 | 2,03 |
| Material em Depósito | 109,68 | 102,05 |
| Compras em Andamento | - | - |
| | 113,13 | 104,08 |
| | 4.756,85 | 4.391,65 |

Conforme o Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados principalmente na distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A resolução nº 20/1999 da ANEEL, entretanto, regulamentou a desvinculação de bens das concessões de serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

c) Manual de Controle Patrimonial

A ANEEL através da Resolução Normativa nº 367 de 2 de junho de 2009, aprovou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, a ser utilizado por concessionárias, permissionárias e autorizadas de energia elétrica, cujos bens e instalações, nos termos da legislação vigente, são passíveis de reversão à União.

Através da 47ª Reunião Pública Ordinária na data de 07/12/2010, a ANEEL prorrogou a vigência da Portaria DNAEE nº 815/94, nos seguintes termos:

"As empresas com revisão tarifária em 2011 e primeiro trimestre de 2012, não necessitam mais antecipar a implantação da Resolução Normativa ANEEL nº 367/2009";

"A portaria DNAEE nº 815/94, será revogada apenas a partir de 1º de janeiro de 2012, ou seja, a adoção dos procedimentos previstos na Resolução Normativa nº 367/2009, para o Ativo Imobilizado em Curso – AIC fica estendida até a data de 31/12/2011."

d) Resumo da Movimentação do Ativo Imobilizado

| | Saldo Inicial | Adições (+) | Baixas (-) | Transferências (+/-) | Saldo Atual |
|---|-------------------|-----------------|-----------------|----------------------|-------------------|
| Em Serviço | | | | | |
| Terrenos | 5,68 | - | - | - | 5,68 |
| Edificações, Obras Cívicas e Benfeitorias | 119,75 | - | - | - | 119,75 |
| Máquinas e Equipamentos | 5.573,86 | 635,40 | (192,52) | 2,03 | 6.018,77 |
| Veículos | 536,91 | 224,55 | (64,87) | - | 696,59 |
| Móveis e Utensílios | 44,96 | 0,85 | (6,02) | - | 39,79 |
| | 6.281,16 | 860,80 | (263,41) | 2,03 | 6.880,58 |
| (-) Reintegração Acumulada | | | | | |
| Edificações, Obras Cívicas e Benfeitorias | (20,36) | (4,90) | - | - | (25,26) |
| Máquinas e Equipamentos | (1.767,60) | (294,57) | 110,25 | - | (1.951,92) |
| Veículos | (180,18) | (121,96) | 64,87 | - | (237,27) |
| Móveis e Utensílios | (25,45) | (2,82) | 5,86 | - | (22,41) |
| | (1.993,59) | (424,25) | 180,98 | - | (2.236,86) |
| Em Curso | | | | | |
| Máquinas e Equipamentos | 2,03 | 3,45 | - | (2,03) | 3,45 |
| Material em Depósito | 102,05 | 7,63 | - | - | 109,68 |
| Compras em Andamento | - | - | - | - | - |
| | 104,08 | 11,08 | - | (2,03) | 113,13 |
| | 4.391,65 | 447,63 | (82,43) | - | 4.756,85 |

e) Vidas Úteis e Taxas de Depreciação

A depreciação dos ativos imobilizados foi realizada pelo método linear com base nas taxas anuais determinadas pela Resolução ANEEL nº 240/2006, substituída pela Resolução Normativa nº 367/2009.

f) Bens Totalmente Depreciados

Os bens totalmente depreciados devem permanecer registrados no ativo imobilizado, devendo, concomitantemente, ter seu registro no sistema extrapatrimonial, a partir de 2011.

| | 2011 | 2010 |
|------------------------------------|--------------|----------|
| Bens totalmente depreciados | | |
| Máquinas e Equipamentos | 16,77 | - |
| Veículos | 41,47 | - |
| Móveis e Utensílios | 11,86 | - |
| | 70,10 | - |

6. Intangível

a) Ajuste

Efeito do registro dos bens que compõem a infra-estrutura de distribuição de energia elétrica – base de remuneração regulatória, como ativo imobilizado. O ajuste tem origem na anulação dos efeitos decorrentes da aplicação das orientações contidas no ICPC 01 e OCPC 05, na estruturação das demonstrações contábeis societárias.

b) Composição do Intangível

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|-----------------------------|--------------|--------------|
| Em Serviço | | |
| Marcas e Patentes | 3,39 | 3,39 |
| Direito de Uso de Softwares | <u>52,73</u> | <u>52,73</u> |
| | <u>56,12</u> | <u>56,12</u> |
| Em Curso | | |
| | - | - |
| | <u>-</u> | <u>-</u> |
| | <u>-</u> | <u>-</u> |
| | <u>56,12</u> | <u>56,12</u> |

7. Passivo Regulatório

Não existe ajuste para esse item

8. Reserva de Avaliação Patrimonial

Não existe ajuste para esse item

9. Lucro (Prejuízo) Acumulado

Não existe ajuste para esse item

10. Receita Operacional Bruta

| | 2011 | 2010 |
|--|-----------------|-----------------|
| Fornecimento de Energia Elétrica | | |
| Residencial | 1.371,45 | 1.370,08 |
| Industrial | 538,75 | 533,43 |
| Comercial | 1.129,91 | 1.168,73 |
| Rural | 361,31 | 386,74 |
| Poderes Públicos | 68,12 | 77,12 |
| Iluminação Pública | 204,70 | 221,84 |
| Serviço Público | 21,47 | 19,63 |
| Renda Não Faturada | 11,15 | 18,22 |
| | 3.706,86 | 3.795,79 |
| Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica | | |
| Residencial | 974,25 | 840,49 |
| Industrial | 382,71 | 327,23 |
| Comercial | 802,66 | 716,97 |
| Rural | 256,66 | 237,25 |
| Poderes Públicos | 48,39 | 47,31 |
| Iluminação Pública | 145,41 | 136,09 |
| Serviço Público | 15,25 | 12,04 |
| Renda Não Faturada | 7,92 | 11,17 |
| | 2.633,25 | 2.328,55 |
| | 6.340,11 | 6.124,34 |

11. Receita de Atividade Não Vinculada

Não existe ocorrência para esse item

12. Outras receitas vinculadas

a) Ajuste

Eliminação da receita de construção e do correspondente custo, como ajuste decorrente da anulação dos efeitos da aplicação das orientações contidas no CPC 17, na estruturação das demonstrações contábeis societárias.

b) Composição

| | 2011 | 2010 |
|-------------------------------------|--------------|---------------|
| Outras Receitas Operacionais | | |
| Uso Mútuo de Postes | 74,32 | 74,32 |
| Rendas de Prestação de Serviços | 2,51 | 0,60 |
| Serviço Taxado | 12,32 | 12,04 |
| Outras Receitas | 8,85 | 17,36 |
| | 98,00 | 104,32 |

13. Custos não gerenciáveis – Parcela “A”

Não existe ajuste para esse item

14. Resultado extra-concessão

| | 2011 | 2010 |
|---|----------------|----------------|
| Receitas Financeiras | | |
| Rendas de Aplicação Financeira | 42,63 | 31,91 |
| Acréscimo Moratório S/Fatura de Energia | 74,84 | 90,56 |
| Outras Receitas Financeiras | 6,70 | 17,41 |
| | 124,17 | 139,88 |
| Despesas Financeiras | | |
| Tarifas Bancárias | 76,93 | 65,36 |
| IOF | 4,37 | 1,86 |
| Outras Despesas Financeiras | 10,57 | 8,43 |
| | 91,87 | 75,65 |
| | 32,30 | 64,23 |
| Outras Receitas | | |
| Ganhos na Alienação de Bens | 50,00 | 118,41 |
| Outras Receitas | 9,80 | - |
| | 59,80 | 118,41 |
| Outras Despesas | | |
| Perdas na Desativação de Bens | (5,88) | (37,04) |
| Perdas na Alienação de Bens | (7,16) | (10,62) |
| Outras Despesas | (21,70) | (3,75) |
| | (34,74) | (51,41) |
| | 25,06 | 67,00 |

Gravatal, 31 de dezembro de 2011.

João Vanio Mendonça Cardoso
 Diretor Presidente
 702.273.819-07

Luana Mendes Leandro
 Contadora
 CRC/SC-035589/O-5

3 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E N.E. SOCIETÁRIAS

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro

I - Balanço Patrimonial

(Valores expressos em milhares de reais)

| ATIVO | NE | 2011 | 2010 (Reapresentado) |
|--|-----|-----------------|-------------------------|
| Circulante | | 1.977,01 | 1.850,73 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 6 | 408,90 | 466,33 |
| Consumidores | 7 | 911,57 | 789,69 |
| Devedores Diversos | 9 | 12,86 | 8,16 |
| (-) Provisão p/Créditos de Liquidação Duvidosa | 8 | (10,65) | (9,92) |
| Títulos e Valores Mobiliários | | 4,85 | 4,20 |
| Impostos e Contribuições Sociais | 10 | 38,77 | 23,89 |
| Estoques | 11 | 26,28 | 40,81 |
| Despesas Pagas Antecipadamente | | 5,73 | 4,93 |
| Outros Créditos | 9 | 578,70 | 522,64 |
| Não Circulante | | 4.855,91 | 4.480,33 |
| Realizável a Longo Prazo | | 41,40 | 31,52 |
| Ativo Indenizável (Permissão) | 12 | 5,68 | 5,68 |
| Impostos e Contribuições Sociais | 10 | 35,72 | 25,84 |
| Investimentos | 13 | 7,22 | 6,72 |
| Intangível | 14 | 4.807,29 | 4.442,09 |
| TOTAL DO ATIVO | | 6.832,92 | 6.331,06 |
| PASSIVO | | | |
| | NE | 2011 | 2010 (Reapresentado) |
| Circulante | | 631,68 | 471,42 |
| Empréstimos e Financiamentos | 15 | 9,15 | 0,00 |
| Fornecedores | 16 | 94,16 | 76,90 |
| Impostos e Contribuições Sociais | 10 | 151,91 | 121,46 |
| Folha de Pagamentos e Provisões Trabalhistas | 17 | 111,78 | 105,88 |
| Encargos do Consumidor a Recolher | 18 | 67,43 | 36,19 |
| Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética | 19 | 82,20 | 43,46 |
| Outras Contas a Pagar | 20 | 115,05 | 87,53 |
| Não Circulante | | 394,33 | 379,14 |
| Provisões para Contingências | 21 | 373,48 | 358,29 |
| Outros Passivos Não Circulantes | 20 | 20,85 | 20,85 |
| Patrimônio Líquido | | 5.806,91 | 5.480,50 |
| Capital Social | 23a | 974,88 | 709,88 |
| Reservas de Sobras | 23b | 4.206,28 | 3.993,44 |
| Reservas Estatutárias | | 4.206,28 | 3.993,44 |
| Sobras ou Perdas Acumuladas | 23c | 625,75 | 777,18 |
| TOTAL DO PASSIVO | | 6.832,92 | 6.331,06 |

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro
II - Demonstração do Resultado do Exercício

(Valores expressos em milhares de reais)

| | NE | 2011 | 2010 (Reapresentado) |
|--|-----------|-----------------|-------------------------|
| Receita Operacional | | 7.389,06 | 7.316,29 |
| Fornecimento de Energia Elétrica | 24a | 3.706,86 | 3.795,79 |
| Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica | 24b | 2.633,25 | 2.328,55 |
| Receita de Construção | 24c | 950,95 | 1.087,63 |
| Outras Receitas Operacionais | 24d | 98,00 | 104,32 |
| (-) Deduções da Receita Operacional | 25 | 1.889,26 | 1.693,18 |
| Tributos Sobre a Receita | | 1.384,51 | 1.328,05 |
| Encargos Setoriais | | 504,75 | 365,13 |
| (=) Receita Operacional Líquida | 26 | 5.499,80 | 5.623,11 |
| (-) Custo do Serviço de Energia Elétrica | 27 | 3.831,35 | 3.497,64 |
| (=) Resultado Operacional Bruto | | 1.668,45 | 2.125,47 |
| (-) Despesas Operacionais | | 1.028,30 | 1.088,31 |
| Despesas com Vendas | 27 | 3,98 | 4,47 |
| Despesas Gerais e Administrativas | 27 | 1.049,38 | 1.150,85 |
| Outras Receitas e Despesas Líquidas | 29 | (25,06) | (67,01) |
| (=) Resultado do Serviço | | 640,15 | 1.037,16 |
| (+) Resultado Financeiras | 28 | 32,30 | 64,23 |
| Receitas Financeiras | | 124,17 | 139,88 |
| Despesas Financeiras | | (91,87) | (75,65) |
| (=) Resultado Líquido Antes do IRPJ e da CSLL | | 672,45 | 1.101,39 |
| (-) IRPJ | 32 | 21,16 | 30,55 |
| (-) CSLL | 32 | 12,70 | 18,33 |
| (=) Resultado Líquido do Exercício | | 638,59 | 1.052,51 |

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro
III - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Valores expressos em milhares de reais)

| Mutações | Capital Social | Reservas de Sobras | | | Sobras ou Perdas Acumuladas | Totais |
|--------------------------------------|----------------|--------------------|---------------|------------------------------------|-----------------------------|-----------------|
| | | Reserva Legal | RATES | Reserva de Manut. Ampl. e Melhoria | | |
| Saldo em 31/12/2009 | 529,81 | 387,55 | 103,97 | 2.852,68 | 753,91 | 4.627,92 |
| Aumento de Capital: | | | | | | |
| - Por Integralização de Quotas | 4,73 | - | - | - | - | 4,73 |
| - Por Incorporação de Sobras (AGO) | 180,00 | - | - | - | (180,00) | 0,00 |
| Retirada de Capital: | | | | | | |
| - Por Desligamento de Sócio | (4,66) | - | - | - | - | (4,66) |
| Destinação do Resultado - AGO | | | | | | |
| Aumento de Reservas | - | - | 55,00 | 318,91 | (373,91) | 0,00 |
| Distribuição de Sobras | - | - | - | - | (200,00) | (200,00) |
| Reversão de Reservas | | | | | | |
| - Por Disposição Estatutária | - | - | (106,45) | (166,02) | 272,47 | 0,00 |
| Resultado Líquido do Exercício | - | - | - | - | 1.052,51 | 1.052,51 |
| Destinações Estatutárias | - | 100,94 | 93,56 | 353,30 | (547,80) | - |
| Saldo em 31/12/2010 | 709,88 | 488,49 | 146,08 | 3.358,87 | 777,18 | 5.480,50 |
| Aumento de Capital: | | | | | | |
| - Por Integralização de Quotas | 1,27 | - | - | - | - | 1,27 |
| - Por Incorporação de Sobras (AGO) | 277,18 | - | - | - | (277,18) | 0,00 |
| Retirada de Capital: | | | | | | |
| - Por Retirada de Capital | (13,45) | - | - | - | - | -13,45 |
| Destinação do Resultado - AGO | | | | | | |
| - Aumento de Reservas | - | - | - | 200,00 | (200,00) | 0,00 |
| - Distribuição de Sobras | - | - | - | - | (300,00) | -300,00 |
| Realização de Reservas | | | | | | |
| Por Disposição Estatutária | - | - | (113,87) | (211,94) | 325,81 | 0,00 |
| Resultado Líquido do Exercício | - | - | - | - | 638,59 | 638,59 |
| Destinações Estatutárias | - | 59,99 | 68,71 | 209,96 | (338,66) | 0,00 |
| Saldo em 31/12/2011 | 974,88 | 548,48 | 100,92 | 3.556,89 | 625,74 | 5.806,91 |

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro
IV - Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Valores expressos em milhares de reais)

| | 2011 | 2010 (Reapresentado) |
|--|-----------------|-------------------------|
| Atividades Operacionais | | |
| Sobra Líquida do Exercício | 638,59 | 1.052,51 |
| Despesas (Receitas) que Não Afetam o Caixa: | 522,60 | 491,41 |
| Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | 0,72 | 2,09 |
| Depreciação e Amortização | 424,26 | 339,72 |
| Baixas do Intangível | 82,43 | 136,71 |
| Provisões no Passivo Não Circulante | 15,19 | 12,89 |
| Variações no Ativo | 194,32 | 339,84 |
| Consumidores | 121,87 | 9,59 |
| Despesas Pagas Antecipadamente | 0,80 | 0,59 |
| Devedores Diversos | 4,70 | (1,02) |
| Impostos e Contribuições Sociais | 24,77 | (16,60) |
| Outros Créditos | 56,06 | 336,73 |
| Estoque | (14,53) | 8,35 |
| Outros Realizáveis | 0,65 | 2,20 |
| Variações no Passivo | 151,12 | 32,29 |
| Fornecedores | 17,26 | 7,31 |
| Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas | 5,91 | 24,51 |
| Impostos e Contribuições Sociais | 30,45 | (31,23) |
| Encargos do Consumidor a Recolher | 31,24 | 9,43 |
| Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética | 38,74 | 23,84 |
| Outras Contas a Pagar | 27,52 | (2,74) |
| Outras Exigibilidades | 0,00 | 1,17 |
| Total das Atividades Operacionais | 1.117,99 | 1.236,37 |
| Atividades de Investimento | | |
| Participações Societárias – Outras Cooperativas | 0,50 | 0,23 |
| Aplicações no Intangível | 871,89 | 974,90 |
| Total das Atividades de Investimento | 872,39 | 975,13 |
| Atividades de Financiamento | | |
| Empréstimos e Financiamentos | 9,15 | 0,00 |
| Aumentos de Capital | 1,27 | 4,73 |
| Devoluções de Capital | (13,45) | (4,66) |
| Reversão de Sobras - Outras Destinações AG | (300,00) | (200,00) |
| Total das Atividades de Financiamento | (303,03) | (199,93) |
| Total dos Efeitos no Caixa | (57,43) | 61,31 |
| Saldo Inicial de Caixa | 466,33 | 405,02 |
| Saldo Final de Caixa | 408,90 | 466,33 |
| Variação no Caixa | (57,43) | 61,31 |

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro
V - Demonstração do Valor Adicionado

(Valores expressos em milhares de reais)

| | 2011 | 2010 (Reapresentado) |
|---|------------------------|-------------------------|
| Receitas | <u>7.410,14</u> | <u>7.378,82</u> |
| Venda de Energia e Serviços | 7.389,06 | 7.316,29 |
| Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | (3,98) | (4,47) |
| Outros Resultados Operacionais | 25,06 | 67,00 |
| (-) Insumos Adquiridos de Terceiros | <u>2.687,11</u> | <u>2.909,24</u> |
| Energia Comprada para Revenda | 850,97 | 672,36 |
| Encargo de Uso de Rede Elétrica | 129,52 | 144,91 |
| Outros Insumos Adquiridos | 271,33 | 322,33 |
| Material e Serviços de Terceiros | 484,34 | 682,01 |
| Custo da Construção | 950,95 | 1.087,63 |
| (=) Valor Adicionado Bruto | 4.723,03 | 4.469,58 |
| (-) Depreciações e Amortizações | (424,26) | (339,72) |
| (=) Valor Adicionado Líquido | 4.298,77 | 4.129,86 |
| (+) Valor Adicionado Transferido | <u>124,17</u> | <u>139,87</u> |
| Receitas Financeiras | 124,17 | 139,87 |
| (=) Valor Adicionado a Distribuir | 4.422,94 | 4.269,73 |
| Distribuição do Valor Adicionado: | <u>4.422,94</u> | <u>4.269,73</u> |
| Pessoal | <u>1.421,88</u> | <u>1.145,00</u> |
| Remunerações | 1.250,92 | 1.022,81 |
| Encargos Sociais - FGTS | 112,46 | 77,92 |
| Auxílio Alimentação | 22,19 | 8,93 |
| Convênio Assistencial e Outros Benefícios | 36,31 | 35,34 |
| Governo | <u>2.270,60</u> | <u>1.996,57</u> |
| Federal | 942,45 | 731,76 |
| Estadual | 1.318,70 | 1.262,69 |
| Municipal | 9,45 | 2,12 |
| Financiadores | <u>91,87</u> | <u>75,65</u> |
| Outros Encargos Financeiros | 91,87 | 75,65 |
| Cooperados | <u>638,59</u> | <u>1.052,51</u> |
| Sobras Retidas | 638,59 | 1.052,51 |
| Valor Adicionado (médio) por Empregado | <u>152,52</u> | <u>147,23</u> |

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro
VI - Balanço Social

(Valores expressos em milhares de reais)

| 1 Base de Cálculo | 2011 | | | 2010 | | |
|--|------------------------|----------------|--------------|------------------------|----------------|--------------|
| Receita Líquida (RL) | 5.499,80 | | | 5.623,11 | | |
| Resultado Operacional (RO) | 640,15 | | | 1.037,16 | | |
| Folha de Pagamento Bruta (FPB) | 1.549,39 | | | 1.193,38 | | |
| 2 Indicadores Sociais Internos | Valor (R\$/mil) | % S/FPB | %S/RL | Valor (R\$/mil) | % S/FPB | %S/RL |
| Encargos Sociais Compulsórios | 347,31 | 22,42% | 6,31% | 246,10 | 20,62% | 4,38% |
| Saúde - Convênio Assist. Médica e Farmácia | 17,42 | 1,12% | 0,32% | 23,03 | 1,93% | 0,41% |
| Alimentação | 22,19 | 1,43% | 0,40% | 16,34 | 1,37% | 0,29% |
| Outros - Seguros | 2,33 | 0,15% | 0,04% | 2,14 | 0,18% | 0,04% |
| Total - Indicadores Laborais | 389,25 | 25,12% | 7,08% | 287,61 | 24,10% | 5,11% |
| 3 Indicadores Sociais Externos | Valor (R\$/mil) | % S/RO | %S/RL | Valor (R\$/mil) | % S/RO | %S/RL |
| Tributos (excluídos encargos sociais) | 1.889,26 | 295,13% | 34,35% | 1.693,18 | 163,25% | 30,11% |
| Total - Indicadores Sociais | 1.889,26 | 295,13% | 34,35% | 1.693,18 | 163,25% | 30,11% |
| 4 Indicadores do Corpo Funcional | Em Unidades | | | Em Unidades | | |
| Empregados ao final do período | 35 | | | 34 | | |
| Admissões durante o período | 3 | | | 4 | | |
| Demissões durante o período | 2 | | | 2 | | |
| Empregados acima de 45 anos | 14 | | | 13 | | |
| Mulheres que trabalham na empresa | 5 | | | 5 | | |
| 5 Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania | | | | | | |
| Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa | 10,0 | | | 5,9 | | |
| Número total de acidentes de trabalho | 0 | | | 0 | | |

VII - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Valores expresso em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Cooperativa de Eletricidade de Gravatal – CERGRAL é uma sociedade cooperativa singular, do ramo infra-estrutura, segundo classificação estabelecida pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, tendo como objeto a compra e distribuição de energia elétrica aos seus associados e consumidores, através de redes de distribuição sob sua responsabilidade. A sociedade é regida pela Lei n.º 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no país. Para fins fiscais e tributários a CERGRAL está classificada como cooperativa de eletrificação rural.

Principais Atividades Desenvolvidas – No decorrer do exercício social de 2011, a CERGRAL realizou predominantemente operações de distribuição e comercialização de energia elétrica aos seus associados e consumidores, serviços de manutenção, ampliação e melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica sob sua responsabilidade, de acordo com seu objeto social.

2. Da Permissão

Detém permissão conforme Resolução Autorizativa ANEEL n.º 1.632 de 21 de outubro de 2008 e assinatura do contrato de permissão em 28 de novembro de 2008.

Prazo da permissão – 20 (vinte) anos, contados a partir da data da celebração do contato.

Objetivo da permissão – exploração, a título precário, de serviço público de energia elétrica.

Áreas de permissão – municípios de Armazém, Capivari de Baixo, Gravatal, Imaruí, Laguna e

Tubarão, todos no Estado de Santa Catarina.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais e foram aprovadas pelo conselho de administração e pelo conselho fiscal.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis e fiscais adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei nº 6.404/1976 – lei das sociedades por ações (alterada pelas leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009) na preparação de suas demonstrações contábeis, devido ao seu caráter aplicável as demais sociedades. Tomou-se também como base os pronunciamentos de contabilidade emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Resolução CFC nº 750/1993, 920/2001, 1.013/2005 e 1.282/2010. Estão ainda de acordo com a Lei 5.764/1971 que trata especificamente das sociedades cooperativas, além de atender as normas específicas emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Essas demonstrações seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativas e premissas que afetem os valores de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício. Os resultados reais podem ser diferentes dessas estimativas.

A cooperativa não possui outros resultados abrangentes, motivo pelo qual não está apresentando a demonstração do resultado do exercício abrangente, pois esta equivale a demonstração do resultado do exercício.

4. Alterações em Práticas Contábeis

Com o advento da Lei n.º 11.638/2007, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IAS e IFRS), novos pronunciamentos técnicos vêm sendo expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, em consonância com as referidas normas internacionais de contabilidade.

As demonstrações contábeis para o exercício findo de 31 de dezembro de 2011 serão as primeiras apresentadas de acordo com esses novos pronunciamentos contábeis. A Cooperativa preparou o seu balanço de abertura com a transição inicial em 1º de janeiro de 2010.

a) Isenções Adotadas

Na preparação das demonstrações contábeis da data de transição de acordo como o CPC 43 – Adoção Inicial dos CPC's 15 a 40, a Cooperativa aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva dos novos pronunciamentos contábeis.

A Cooperativa adotou a utilização das seguintes isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa:

- Isenção relativa à classificação de instrumentos financeiros: a Cooperativa optou por classificar e avaliar seus instrumentos financeiros de acordo com o CPC 38 na data de transição dos novos CPC's. Não foram realizadas análises retroativas à data original de contratação dos instrumentos financeiros vigentes na data de transição. Todos os instrumentos financeiros contratados após a data de transição foram analisados e classificados na data de contratação das operações.
- Isenção relativa à aplicação retroativa do ICPC 01: a Cooperativa considerou impraticável remensurar os ativos que compõem a infra-estrutura utilizada na concessão do serviço público nas suas datas de aquisição, optando por manter o custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada, adotada anteriormente como valor do imobilizado, como: (I) ativo intangível, correspondente a parcela estimada dos investimentos realizados e que serão

amortizados até o final da concessão e (II) ativo financeiro indenizável, correspondente ao direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção efetuados e não amortizados até o final da concessão.

b) Reconciliação do Balanço e da DRE de Acordo com os novos Pronunciamentos Contábeis

Para fins de melhor apresentação das demonstrações financeiras, foi efetuado algumas reclassificações nos saldos publicados referentes ao balanço e resultado de 2010, sem, contudo afetar a qualidade das informações apresentadas.

| ATIVO | (Publicado) 01/01/2010 | Reclassificação e Ajustes | (Reapresentado) 01/01/2010 |
|--|----------------------------------|------------------------------|--------------------------------------|
| Circulante | 1.458,63 | 0,00 | 1.458,63 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 405,02 | 0,00 | 405,02 |
| Consumidores | 780,11 | 0,00 | 780,11 |
| Devedores Diversos | 9,18 | 0,00 | 9,18 |
| (-) Provisão p/Créditos de Liquidação Duvidosa | (7,83) | 0,00 | (7,83) |
| Títulos e Valores Mobiliários | 2,00 | 0,00 | 2,00 |
| Impostos e Contribuições Sociais | 47,44 | 0,00 | 47,44 |
| Estoques | 32,46 | 0,00 | 32,46 |
| Despesas Pagas Antecipadamente | 4,34 | 0,00 | 4,34 |
| Outros Créditos | 185,91 | 0,00 | 185,91 |
| Não Circulante | 3.974,66 | 0,00 | 3.974,66 |
| Realizável a Longo Prazo | 18,88 | 5,68 | 24,56 |
| Ativo Indenizável (Permissão) | 0,00 | 5,68 | 5,68 |
| Impostos e Contribuições Sociais | 18,88 | 0,00 | 18,88 |
| Investimentos | 6,49 | 0,00 | 6,49 |
| Imobilizado | 3.893,17 | (3.893,17) | 0,00 |
| Intangível | 56,12 | 3.887,49 | 3.943,61 |
| TOTAL DO ATIVO | 5.433,29 | 0,00 | 5.433,29 |

| PASSIVO | (Publicado) 01/01/2010 | Reclassificação e Ajustes | (Reapresentado) 01/01/2010 |
|--|----------------------------------|------------------------------|--------------------------------------|
| Circulante | 440,29 | 0,00 | 440,29 |
| Fornecedores | 69,59 | 0,00 | 69,59 |
| Impostos e Contribuições Sociais | 152,69 | 0,00 | 152,69 |
| Folha de Pagamentos e Provisões Trabalhistas | 81,36 | 0,00 | 81,36 |
| Encargos do Consumidor a Recolher | 26,76 | 0,00 | 26,76 |
| Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética | 19,62 | 0,00 | 19,62 |
| Outras Contas a Pagar | 90,27 | 0,00 | 90,27 |
| Não Circulante | 365,08 | 0,00 | 365,08 |
| Provisões para Contingências | 345,39 | 0,00 | 345,39 |
| Outros Credores | 19,69 | 0,00 | 19,69 |
| Patrimônio Líquido | 4.627,92 | 0,00 | 4.627,92 |
| Capital Social | 529,81 | 0,00 | 529,81 |
| Reservas de Sobras | 3.344,20 | 0,00 | 3.344,20 |
| Reservas Estatutárias | 3.344,20 | 0,00 | 3.344,20 |
| Sobras ou Perdas a Disposição da AG | 753,91 | 0,00 | 753,91 |
| TOTAL DO PASSIVO | 5.433,29 | 0,00 | 5.433,29 |

| ATIVO | (Publicado) 31/12/2010 | Reclassificação e Ajustes | (Reapresentado) 31/12/2010 |
|--|----------------------------------|--|--------------------------------------|
| Circulante | 1.850,73 | 0,00 | 1.850,73 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 466,33 | 0,00 | 466,33 |
| Consumidores | 789,69 | 0,00 | 789,69 |
| Devedores Diversos | 8,16 | 0,00 | 8,16 |
| (-) Provisão p/Créditos de Liquidação Duvidosa | (9,92) | 0,00 | (9,92) |
| Títulos e Valores Mobiliários | 4,20 | 0,00 | 4,20 |
| Impostos e Contribuições Sociais | 23,89 | 0,00 | 23,89 |
| Estoques | 40,81 | 0,00 | 40,81 |
| Despesas Pagas Antecipadamente | 4,93 | 0,00 | 4,93 |
| Outros Créditos | 522,64 | 0,00 | 522,64 |
| Não Circulante | 4.480,33 | 0,00 | 4.480,33 |
| Realizável a Longo Prazo | 25,84 | 5,68 | 31,52 |
| Ativo Indenizável (Permissão) | 0,00 | 5,68 | 5,68 |
| Impostos e Contribuições Sociais | 25,84 | 0,00 | 25,84 |
| Investimentos | 6,72 | 0,00 | 6,72 |
| Imobilizado | 4.391,65 | (4.391,65) | 0,00 |
| Intangível | 56,12 | 4.385,97 | 4.442,09 |
| TOTAL DO ATIVO | 6.331,06 | 0,00 | 6.331,06 |
| PASSIVO | (Publicado) 31/12/2010 | Reclassificação e Ajustes | (Reapresentado) 31/12/2010 |
| Circulante | 471,42 | 0,00 | 471,42 |
| Fornecedores | 76,90 | 0,00 | 76,90 |
| Impostos e Contribuições Sociais | 121,46 | 0,00 | 121,46 |
| Folha de Pagamentos e Provisões Trabalhistas | 105,88 | 0,00 | 105,88 |
| Encargos do Consumidor a Recolher | 36,19 | 0,00 | 36,19 |
| Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética | 43,46 | 0,00 | 43,46 |
| Outras Contas a Pagar | 87,53 | 0,00 | 87,53 |
| Não Circulante | 379,14 | 0,00 | 379,14 |
| Provisões para Contingências | 358,29 | 0,00 | 358,29 |
| Outros Credores | 20,85 | 0,00 | 20,85 |
| Patrimônio Líquido | 5.480,50 | 0,00 | 5.480,50 |
| Capital Social | 709,88 | 0,00 | 709,88 |
| Reservas de Sobras | 3.993,44 | 0,00 | 3.993,44 |
| Reservas Estatutárias | 3.993,44 | 0,00 | 3.993,44 |
| Sobras ou Perdas a Disposição da AG | 777,18 | 0,00 | 777,18 |
| TOTAL DO PASSIVO | 6.331,06 | 0,00 | 6.331,06 |

| | (Publicado) 31/12/2010 | Reclassificação e Ajustes | (Reapresentado) 31/12/2010 |
|--|---------------------------|------------------------------|-------------------------------|
| Receita Operacional | 6.228,66 | 1.087,63 | 7.316,29 |
| Fornecimento de Energia Elétrica | 3.795,79 | 0,00 | 3.795,79 |
| Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica | 2.328,55 | 0,00 | 2.328,55 |
| Receita de Construção | 0,00 | 1.087,63 | 1.087,63 |
| Outras Receitas Operacionais | 104,32 | 0,00 | 104,32 |
| (-) Deduções da Receita Operacional | 1.693,18 | 0,00 | 1.693,18 |
| Tributos Sobre a Receita | 1.328,05 | 0,00 | 1.328,05 |
| Encargos Setoriais | 365,13 | 0,00 | 365,13 |
| (=) Receita Operacional Líquida | 4.535,48 | 1.087,63 | 5.623,11 |
| (-) Custo do Serviço de Energia Elétrica | 2.410,01 | 1.087,63 | 3.497,64 |
| (=) Resultado Operacional Bruto | 2.125,47 | 0,00 | 2.125,47 |
| (-) Despesas Operacionais | 1.088,31 | 0,00 | 1.088,31 |
| Despesas com Vendas | 4,47 | 0,00 | 4,47 |
| Despesas Gerais e Administrativas | 1.150,85 | 0,00 | 1.150,85 |
| Outras Receitas e Despesas Líquidas | (67,01) | 0,00 | (67,01) |
| (=) Resultado do Serviço | 1.037,16 | 0,00 | 1.037,16 |
| (+) Resultado Financeiras | 64,23 | 0,00 | 64,23 |
| Receitas Financeiras | 139,88 | 0,00 | 139,88 |
| Despesas Financeiras | (75,65) | 0,00 | (75,65) |
| (=) Resultado Líquido Antes do IRPJ e da CSLL | 1.101,39 | 0,00 | 1.101,39 |
| (-) IRPJ | 30,55 | 0,00 | 30,55 |
| (-) CSLL | 18,33 | 0,00 | 18,33 |
| (=) Resultado Líquido do Exercício | 1.052,51 | 0,00 | 1.052,51 |

Descrição dos principais ajustes decorrentes da adoção dos novos pronunciamentos contábeis que afetaram as demonstrações contábeis da Cooperativa:

(b.1) Estrutura conceitual para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis (CPC Estrutura Conceitual). As empresas devem elaborar suas demonstrações contábeis de acordo com esse pronunciamento, que dentre outros conceitos, estabelece as bases para reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas. As diferenças entre os valores estimados incluídos no cálculo da tarifa de energia elétrica e os efetivamente incorridos pela Cooperativa, reconhecidos antes da aplicação dos novos CPCs como ativos e passivos regulatórios não são, de acordo com esse pronunciamento, reconhecidos no balanço patrimonial, por não atenderem à definição de ativos e/ou passivos.

(b.2) Contratos de Concessão (ICPC 01 e OCPC 05) – Estas normas orientam os concessionários e permissionários sobre a forma de contabilização de concessão de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e

mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviço.

Em decorrência da adoção dessas normas e resultante do contrato de permissão de serviços públicos de energia elétrica, que lhe dá o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da permissão, a Cooperativa reconheceu: (I) um ativo intangível correspondente à permissão de uso dos bens que compõem a infra-estrutura necessária para realização dos serviços públicos, e (II) um ativo financeiro correspondente ao valor devido, direta ou indiretamente, pelo concedente.

O ativo intangível reconhecido como remuneração pela prestação de serviço de construção ou melhoria está mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível está mensurado pelo custo.

O ativo financeiro está classificado como instrumento financeiro disponível para venda, considerando a premissa de que o valor da indenização ao final do contrato de permissão será calculado pelo órgão concedente em função da Base de Remuneração Regulatória (BRR).

O valor justo do ativo financeiro está sendo revisado anualmente, considerando a atualização pelo IPCA. Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado serão reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial. Não será calculado ajuste e valor presente do ativo financeiro.

Considerando que ativo financeiro é remunerado pelo WACC regulatório e que esta remuneração é reconhecida como receita pelo faturamento mensal da tarifa ao consumidor, esse ativo financeiro já se encontra a valor presente.

(b.3) Contratos de Construção (CPC 17) – Este pronunciamento estabelece o tratamento contábil das receitas e despesas associadas a contratos de construção e utiliza os critérios de reconhecimento estabelecidos no Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis para determinar o momento em que a receita do contrato e a despesa a ela relacionada devem ser reconhecidas na demonstração do resultado.

Em atendimento a este pronunciamento técnico a Cooperativa contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria. A margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual a zero, conforme na nota explicativa n. 5 (1.2).

5. Sumário das Principais Práticas Contábeis

a) Conversão de Operações em Moeda Estrangeira

A Cooperativa não possui operações denominadas em Moeda Estrangeira. A moeda funcional da cooperativa é o Real (R\$).

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os fluxos de caixa dos investimentos a curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações a curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo.

c) Contas a Receber

Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos. O valor estimado da provisão para créditos de liquidação duvidosa pode ser modificado em função das expectativas da Administração com relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes.

d) Estoques

Os estoques estão registrados pelo custo médio de aquisição e demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída provisão para estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

e) Não Circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

f) Ativo Indenizável (Permissão)

Refere-se a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da permissão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica, OCPC 05 – Contratos de Concessão.

Essa parcela de infra-estrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

O valor justo do ativo financeiro está sendo revisado anualmente, considerando a atualização pelo IPCA. Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial.

g) Intangível

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de permissão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições do CPC 04 – Ativos Intangíveis e o ICPC 01 – Contratos de Concessão e do CPC 05 – Contratos de Construção.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Cooperativa entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível excede o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição.

h) Redução ao Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

A Cooperativa analisa anualmente se há evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperável. Caso se identifique tais evidências, a Cooperativa estima o valor recuperável do ativo. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil,

saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, a Cooperativa reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (deterioração). Se não for possível determinar o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

i) Benefícios a Empregados

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

j) Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo

Os ativos e passivos de longo prazo da Cooperativa são ajustados a valor presente, quando aplicável, utilizando-se taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da Cooperativa.

k) Provisão para Contingências

Os Passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

l) Receitas e Despesas

A Cooperativa segue o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento dos ingressos/receitas e dispêndios/despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

(l.1) Receita não faturada – Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue

e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

(1.2) Receita de construção – A ICPC 01 estabelece que a permissionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviço de construção e melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de permissão.

A Cooperativa contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infra-estrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (a) a atividade fim da Cooperativa é a distribuição de energia elétrica; (b) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (c) algumas construções de infra-estrutura poderão ser terceirizada com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, com custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

m) Tributação do Resultado

A tributação dos ganhos e resultados foi calculada tomando como base as operações com não associados nos termos da legislação vigente. A provisão para imposto de renda e contribuição social foi apurada sobre o lucro, representado pelo resultado obtido em operações com não associados e sobre a receita de aplicação financeira e ganhos na alienação de bens, considerados tributável pela legislação fiscal.

n) Taxas Regulamentares

(n.1) Reserva Global de Reversão (RGR) – Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias e permissionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica.

(n.2) Conta Consumo de Combustíveis (CCC) – Parcela da receita tarifária paga pelas concessionárias e permissionárias de energia elétrica, nos sistemas interligados com dupla

destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

(n.3) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) – Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica.

(n.4) Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE) – São programas de reinvestimentos exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

(n.5) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE) – Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pela concessionária ou permissionária.

6. Caixa e Equivalentes de Caixa

| | Tipo de Aplicação | Vencimento | Remuneração | 2011 | 2010 |
|-------------------------------------|-------------------|------------|-------------|---------------|---------------|
| Caixa e Bancos | | | | 7,67 | 82,44 |
| Aplicações no Mercado Aberto | | | | | |
| Banco do Brasil | CDB DI SWAP | 17/04/2014 | 95,00% | 367,51 | 353,67 |
| Banco do Brasil | CDB DI | 04/06/2014 | 95,00% | 33,72 | 30,22 |
| | | | | 401,23 | 383,89 |
| | | | | 408,90 | 466,33 |

Todas as aplicações financeiras de liquidez imediata foram efetuadas em investimentos de baixo risco, para resgate a partir de 90 dias.

7. Consumidores

Os valores a receber são provenientes, principalmente do fornecimento de energia elétrica aos associados da Cooperativa e estão registrados no ativo circulante. Compreende o valor de fornecimento faturado e não faturado, este baseado em estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência.

| | Saldos | Vencidos | | Total | |
|-------------------------|---------------|---------------|--------------|---------------|---------------|
| | Vincendos | até 90 dias | mais 90 dias | 2011 | 2010 |
| Consumidores | | | | | |
| Residencial | 245,67 | 80,70 | 5,86 | 332,23 | 270,25 |
| Industrial | 96,70 | 46,47 | 0,58 | 143,75 | 94,16 |
| Comercial | 228,44 | 47,11 | 2,81 | 278,36 | 257,60 |
| Rural | 66,39 | 14,80 | 1,27 | 82,46 | 80,82 |
| Poder Público | 11,42 | 10,66 | 0,05 | 22,13 | 36,21 |
| Iluminação Pública | 33,05 | - | - | 33,05 | 30,19 |
| Serviços Públicos | 3,92 | - | - | 3,92 | 2,63 |
| Serviços Taxados/Outros | 9,16 | 5,86 | 0,66 | 15,67 | 17,83 |
| | 694,75 | 205,60 | 11,23 | 911,57 | 789,69 |

8. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi mensurada e reconhecida a partir da experiência da Administração da Cooperativa em relação ao histórico das perdas efetivas, considerando também os parâmetros recomendados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O valor apurado é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.

| | 2010 | Adições/ Reversões | Baixas | 2011 |
|---------------------|-------------|-----------------------|---------------|--------------|
| Consumidores | | | | |
| Residencial | 6,48 | 6,13 | (5,86) | 6,75 |
| Industrial | - | 0,47 | - | 0,47 |
| Comercial | 2,70 | 0,82 | (0,72) | 2,80 |
| Rural | 0,74 | 0,13 | (0,27) | 0,60 |
| Poder Público | - | 0,03 | - | 0,03 |
| Iluminação Pública | - | - | - | - |
| Serviços Públicos | - | - | - | - |
| | 9,92 | 7,58 | (6,85) | 10,65 |

9. Devedores Diversos e Outros Créditos

| | 2011 | 2010 | Provisão para Devedores Duvidosos | |
|------------------------------|---------------|---------------|--------------------------------------|----------|
| | | | 2011 | 2010 |
| Devedores Diversos | | | | |
| Empregados | 8,86 | 8,16 | - | - |
| Adiantamento a Fornecedores | 4,00 | - | - | - |
| | 12,86 | 8,16 | - | - |
| Outros Créditos | | | | |
| Cheques em Cobrança | 124,60 | 209,37 | - | - |
| Consócio Nacional Volkswagen | 62,07 | 55,43 | - | - |
| Iluminação Pública | 4,00 | 8,05 | - | - |
| Uso Mútuo de Postes | 18,58 | 24,77 | - | - |
| Cegral Geração | 284,47 | 209,61 | - | - |
| Serviços em Curso | 83,52 | 5,60 | - | - |
| Outros | 1,46 | 9,81 | - | - |
| | 578,70 | 522,64 | - | - |
| | 591,56 | 530,80 | - | - |

10. Impostos e Contribuições Sociais

| | 2011 | 2010 |
|------------------------------------|---------------|---------------|
| Ativo Circulante | | |
| IRRF a Compensar | 0,01 | - |
| Contribuições Federais a Recuperar | 4,32 | - |
| IRRF s/Aplicações Financeiras | 6,75 | 3,19 |
| ICMS a Recuperar | 27,65 | 20,69 |
| CS a Compensar | 0,04 | 0,01 |
| | <u>38,77</u> | <u>23,89</u> |
| Ativo Não Circulante | | |
| ICMS a Recuperar | 35,72 | 25,84 |
| | <u>35,72</u> | <u>25,84</u> |
| Passivo Circulante | | |
| IRPJ a Recolher | 1,70 | 1,01 |
| ISS PMG a Recolher | 0,03 | 0,16 |
| IRRF a Recolher | 0,13 | 0,22 |
| ICMS a Pagar | 135,61 | 110,10 |
| PIS Faturamento a Recolher | 2,39 | 1,67 |
| CSLL a Recolher | 1,02 | 0,61 |
| COFINS a Recolher | 11,03 | 7,69 |
| | <u>151,91</u> | <u>121,46</u> |

a) ICMS a Recuperar

Os valores de ICMS a recuperar referem-se a créditos decorrentes de aquisição ativos imobilizados, instituído pela Lei Complementar n.º 87/1996, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar n.º 102/2000.

b) Imposto de Renda a Compensar

Os valores registrados como Imposto de Renda a Compensar referem-se a créditos de valores retidos na fonte.

c) Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre Lucro

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro estão representados pelo seu valor a recolher apurado por estimativa e ajustado mensalmente com base no lucro real, conforme balancete de redução, considerado o método mais vantajoso de pagamento dos tributos pela administração. A base de apuração dos tributos está demonstrada na nota 31.

11. Estoques

| | 2011 | 2010 |
|-----------------------|--------------|--------------|
| Estoques | | |
| Condutores | 4,15 | 11,15 |
| Estruturas | 1,26 | 1,16 |
| Medidores | 7,29 | 5,31 |
| Chaves | 5,80 | 6,10 |
| Transformadores | 0,24 | 0,24 |
| Parafusos e Ferragens | 0,68 | 0,68 |
| Iluminação Pública | 5,72 | 13,20 |
| Materiais Diversos | 1,14 | 2,97 |
| | 26,28 | 40,81 |

12. Ativo Indenizável (permissão)

O Contrato de Permissão de Serviços Públicos de Energia Elétrica n. 022/2008, de 28 de Novembro de 2008 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Cooperativa (Permissionário – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Cooperativa.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Cooperativa, a Administração entende que estão atendidas as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da permissão classificado como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificado como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infra-estrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuada pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da

permissão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da permissão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

| | Imobilizado | Intangível | Ativo Indenizável (Concessão) |
|--|-------------|-----------------|----------------------------------|
| Saldos originalmente publicados em 01 de janeiro de 2010 | 3.893,17 | 56,12 | - |
| Bifurcação do ativo imobilizado e intangível de acordo com ICPC 01 e OCPC 05 | (3.893,17) | 3.887,49 | 5,68 |
| Mensuração a valor justo do ativo indenizável - concessão | - | - | - |
| Saldos representados de acordo com o OCPC 05 | - | 3.943,61 | 5,68 |

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (permissão) está assim apresentada:

| | |
|----------------------------|-------------|
| Saldo em 01/01/2010 | 5,68 |
| Adições | - |
| Baixas | - |
| Ajuste - Valor Justo | - |
| Saldo em 31/12/2010 | 5,68 |
| Adições | - |
| Baixas | - |
| Ajuste - Valor Justo | - |
| Saldo em 31/12/2011 | 5,68 |

13. Investimentos

| Investimentos | Participação | Valor | |
|-----------------------------|--------------|-------------|-------------|
| | | 2011 | 2010 |
| Oficina Técnica Extremo Sul | 0% | 5,56 | 5,56 |
| Fecoeusc | 0% | 0,94 | 0,94 |
| SICCOB | 0% | 0,72 | 0,22 |
| | | 7,22 | 6,72 |

14. Intangível

| | Custo | Amortização Acumulada | Valor Residual | Transf.Ativo Financeiro | Obrigações Especiais | Saldo |
|---------------------------------|----------|-----------------------|----------------|-------------------------|----------------------|----------|
| Direito de uso da permissão | 5.646,97 | (1.753,80) | 3.893,17 | (5,68) | - | 3.887,49 |
| Outros intangíveis | 56,12 | - | 56,12 | - | - | 56,12 |
| Saldo em 1º de janeiro de 2010 | 5.703,09 | (1.753,80) | 3.949,29 | (5,68) | - | 3.943,61 |
| Direito de uso da permissão | 6.385,24 | (1.993,59) | 4.391,65 | (5,68) | - | 4.385,97 |
| Outros intangíveis | 56,12 | - | 56,12 | - | - | 56,12 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2010 | 6.441,36 | (1.993,59) | 4.447,77 | (5,68) | - | 4.442,09 |
| Direito de uso da permissão | 6.993,71 | (2.236,86) | 4.756,85 | (5,68) | - | 4.751,17 |
| Outros intangíveis | 56,12 | - | 56,12 | - | - | 56,12 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | 7.049,83 | (2.236,86) | 4.812,97 | (5,68) | - | 4.807,29 |

a) Contrato de Permissão

O ativo intangível da permissão representa o direito de exploração dos serviços de construção e prestação dos serviços de fornecimento de energia elétrica que será recuperado através do consumo e consequente faturamento aos consumidores.

A ANEEL estabelece a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens, aceitas pelo mercado dessa indústria.

A amortização do intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela CERGRAL, com expectativa de amortização por ano, limitados ao prazo da permissão.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da permissão, será alocado como contas a receber vinculadas a permissão.

b) Obrigações Especiais

As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à permissão.

c) Redução ao Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

A CERGRAL tem por prática a avaliação e o monitoramento periódico do desempenho futuro dos

seus ativos. Neste contexto, e considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 01/IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, caso existam evidências claras de que a Cooperativa possui ativos registrados por valor não recuperável, ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro, deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

As principais premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação estão listadas abaixo:

- Menor nível de unidade geradora de caixa: permissão detida;
- Valor recuperável: valor de uso, ou valor equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos), derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil; e
- Apuração do valor de uso: baseada em fluxos de caixa futuros, em moeda constante, trazidos a valor presente por taxa de desconto real e antes dos impostos sobre a renda.

A Administração entende ter direito contratual assegurado no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final da concessão de serviço público, admitindo para fim de cálculo de recuperação e até que se edite regulamentação sobre o tema, a valorização dessa indenização pelo valor justo de reposição. Assim, a premissa de valoração do ativo residual ao final da permissão ficou estabelecida nos valores registrados contabilmente.

Com base nas premissas acima, a Cooperativa não identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor dos ativos ao valor recuperável.

d) Valor de Recuperação do Ativo Intangível (Vida Útil Definida)

A Cooperativa avaliou o valor de recuperação dos seus ativos intangíveis com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

15. Empréstimos e Financiamentos

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|-------------------------------------|-------------|-------------|
| Empréstimos e Financiamentos | | |
| Banco do Brasil S.A. | 7,34 | - |
| Caixa Economica Federal | 1,40 | |
| Sicoob | 0,41 | |
| | <u>9,15</u> | <u>-</u> |

16. Fornecedores

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|---------------------------------------|--------------|--------------|
| Suprimento de Energia Elétrica | | |
| Celesc Distribuidora S.A. | 74,34 | 76,61 |
| | <u>74,34</u> | <u>76,61</u> |
| Material e Serviço | | |
| Mkm Informatica Ltda | 0,30 | - |
| Useall Software Ltda | 19,52 | 0,29 |
| | <u>19,82</u> | <u>0,29</u> |
| | <u>94,16</u> | <u>76,90</u> |

17. Folha de Pagamento

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|---|---------------|---------------|
| Folha de Pagamento | | |
| Honorário Diretoria e Cédula de Presença Conselheiros | - | 6,30 |
| Salários a Pagar | - | - |
| Empréstimo Consignado BB | - | - |
| | <u>-</u> | <u>6,30</u> |
| Provisões Trabalhistas | | |
| Férias | 82,03 | 73,35 |
| Encargos Sociais sobre Férias | 29,75 | 26,23 |
| | <u>111,78</u> | <u>99,58</u> |
| | <u>111,78</u> | <u>105,88</u> |

As obrigações estimadas estão representadas pela Provisão para remuneração de férias e encargos sociais correspondentes.

18. Encargos do Consumidor a Recolher

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|---|--------------|--------------|
| Conta de Consumo de Combustíveis - CCC | 22,53 | 13,38 |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | 17,10 | 17,87 |
| Reserva Global de Reversão - RGR | 12,83 | 3,94 |
| Proinfa | 7,26 | - |
| Adicional de CCC | 7,71 | 1,00 |
| | <u>67,43</u> | <u>36,19</u> |

19. Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

| | <u>FNDCT</u> | <u>MME</u> | <u>P&D</u> | <u>PEE</u> | <u>Total</u> |
|----------------|--------------------|--------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Em 2009 | 0,44 | 0,22 | 5,42 | 13,54 | 19,62 |
| Constituições | 5,58 | 3,02 | 6,02 | 15,06 | 29,68 |
| Juros Selic | - | - | 0,69 | 1,73 | 2,42 |
| Recolhimentos | (5,35) | (2,91) | - | - | (8,26) |
| Em 2010 | 0,67 | 0,33 | 12,13 | 30,33 | 43,46 |
| Constituições | 9,36 | 4,51 | 9,01 | 22,52 | 45,40 |
| Juros Selic | - | - | 1,62 | 4,05 | 5,67 |
| Recolhimentos | (8,34) | (3,99) | - | - | (12,33) |
| Em 2011 | <u>1,69</u> | <u>0,85</u> | <u>22,76</u> | <u>56,90</u> | <u>82,20</u> |

20. Outras Contas a Pagar

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|---|---------------|--------------|
| Passivo Circulante | | |
| <u>Outras Contas a Pagar</u> | | |
| Consumidores | 9,78 | 11,03 |
| Convênios de Arrecadação | 103,60 | 74,76 |
| Taxa de Fiscalização | 1,67 | 1,74 |
| | <u>115,05</u> | <u>87,53</u> |
| Passivo Não Circulante | | |
| Outros Credores - Capital Social a Devolver | 20,85 | 20,85 |
| | <u>20,85</u> | <u>20,85</u> |

21. Provisão para contingências

| | 2011 | | | 2010 | | |
|------------------------|-------------------|---------------|-------------------|-------------------|---------------|-------------------|
| | Valor da Provisão | | Depósito Judicial | Valor da Provisão | | Depósito Judicial |
| | No Exercício | Acumulada | | No Exercício | Acumulada | |
| Fiscais | | | | | | |
| PIS S/Receita Bruta | 2,71 | 66,51 | Sem dep. | 2,30 | 63,81 | Sem dep. |
| COFINS S/Receita Bruta | 12,49 | 306,97 | Sem dep. | 10,60 | 294,48 | Sem dep. |
| | 15,20 | 373,48 | | 12,90 | 358,29 | |

22. Instrumentos Financeiros

a) Considerações Gerais e Gerenciamento de Riscos

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão reconhecidas na contabilidade e os instrumentos financeiros são:

Caixa e Equivalentes de Caixa: apresentados na nota 6;

Contas a Receber: apresentados na nota 7;

b) Valor Justo

| | 2011 | | 2010 | |
|---------------------------------|----------------|------------------|----------------|------------------|
| | Valor Contábil | Valor de Mercado | Valor Contábil | Valor de Mercado |
| Instrumentos Financeiros | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 2,37 | 2,37 | 78,37 | 78,37 |
| Títulos e valores mobiliários | 4,85 | 4,85 | 4,20 | 4,20 |
| Contas a receber | 911,57 | 911,57 | 789,70 | 789,70 |
| | 918,79 | 918,79 | 872,27 | 872,27 |

c) Classificação dos Instrumentos Financeiros

| | Mantidos para Negociação | Mantidos até o Vencimento | Destinados a Venda | Empréstimos e Receíveis | Total |
|---------------------------------|--------------------------------|---------------------------------|--------------------------|-------------------------------|--------|
| Instrumentos Financeiros | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | - | - | - | 2,37 | 2,37 |
| Títulos e valores mobiliários | - | 4,85 | - | - | 4,85 |
| Contas a receber | - | - | - | 911,57 | 911,57 |
| | - | 4,85 | - | 913,94 | 918,79 |

d) Fatores de Risco que Podem Afetar os Negócios

Risco de Crédito: advém da possibilidade da Cooperativa não receber valores decorrentes de operações de distribuição de energia elétrica ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por operações de aplicação financeira.

Risco de Gerenciamento de Capital: advém da escolha da Cooperativa em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações.

23. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Composição do Capital Social – O capital social é representado por 974,88 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota, em 31 de dezembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2010 era representado por 709,88 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota.

Movimentação do Capital Social - De acordo com a legislação cooperativista, a conta Capital Social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do cooperado, pela subscrição do valor das quotas – partes fixadas no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas – partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do cooperado, por demissão, eliminação ou exclusão.

O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo a participação de 6.363 (seis mil, trezentos e sessenta e três) associados em 31 de dezembro de

2011 – em 2010 eram 6.189 (seis mil, cento e oitenta e nove) associados.

b) Natureza e Finalidade das Reservas

Fundo de Reserva: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória nos termos da Lei n.º 5.764/1971. Tem como base a destinação de 10% das sobras do exercício social, de eventuais destinações a critério da Assembléia Geral e se destina à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória nos termos da Lei n.º 5.764/1971. Tem como base a destinação de 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, destinando-se a cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos associados e seus dependentes, assim como de seus colaboradores.

Fundo de Ampliação, Manutenção e Melhoria: é constituído estatutariamente por 35% das sobras líquidas do exercício social, de eventuais destinações da Assembléia Geral e se destina a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e ampliação das redes de distribuição.

c) Sobras a Disposição da Assembléia Geral Ordinária

As sobras após a constituição e realização das reservas, ficam à disposição da Assembléia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação, conforme demonstrado no quadro a seguir.

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|---|----------------------|----------------------|
| Resultado do Exercício | 638,59 | 1.052,51 |
| Destinações | | |
| RATES | 68,71 | 93,56 |
| Reserva Legal | 59,99 | 100,94 |
| Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria | 209,95 | 353,29 |
| | <u>338,65</u> | <u>547,79</u> |
| Realização de Reservas | | |
| RATES | 113,87 | 106,45 |
| Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria | 211,94 | 166,01 |
| | <u>325,81</u> | <u>272,46</u> |
| Sobras a Disposição da AGO | <u><u>625,75</u></u> | <u><u>777,18</u></u> |

24. Ingresso/Receita Operacional

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|---|------------------------|------------------------|
| a) Fornecimento de Energia Elétrica | | |
| Residencial | 1.371,45 | 1.370,08 |
| Industrial | 538,75 | 533,43 |
| Comercial, Serviços e Outras Atividades | 1.129,91 | 1.168,73 |
| Rural | 361,31 | 386,74 |
| Poder Público | 68,12 | 77,12 |
| Iluminação Pública | 204,70 | 221,84 |
| Serviço Público | 21,47 | 19,63 |
| Renda Não Faturada | 11,15 | 18,22 |
| | <u>3.706,86</u> | <u>3.795,79</u> |
| b) Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica | | |
| Residencial | 974,25 | 840,50 |
| Industrial | 382,71 | 327,23 |
| Comercial, Serviços e Outras Atividades | 802,66 | 716,96 |
| Rural | 256,66 | 237,25 |
| Poder Público | 48,39 | 47,31 |
| Iluminação Pública | 145,41 | 136,09 |
| Serviço Público | 15,25 | 12,04 |
| Renda Não Faturada | 7,92 | 11,17 |
| | <u>2.633,25</u> | <u>2.328,55</u> |
| c) Receita de Construção | 950,95 | 1.087,63 |
| d) Outras Receitas Operacionais | | |
| Uso Mútuo de Postes | 74,32 | 74,32 |
| Rendas de Prestação de Serviços | 2,51 | 0,60 |
| Serviço Taxado | 12,32 | 12,04 |
| Outras Receitas | 8,85 | 17,36 |
| | <u>98,00</u> | <u>104,32</u> |
| | <u><u>7.389,06</u></u> | <u><u>7.316,29</u></u> |

25. Deduções da Receita/Ingresso

| | 2011 | 2010 |
|---------------------------------|-----------------|-----------------|
| Tributos Sobre a Receita | | |
| COFINS | 61,37 | 60,92 |
| PIS | 13,31 | 13,20 |
| ICMS | 1.309,52 | 1.253,63 |
| ISS | 0,31 | 0,30 |
| | 1.384,51 | 1.328,05 |
| Encargos Setoriais | | |
| Quota para RGR | 78,83 | 73,90 |
| CCC | 175,01 | 119,91 |
| CDE | 187,54 | 137,42 |
| P&D e PEE | 45,06 | 29,67 |
| Adicional de CCC | 18,31 | 4,23 |
| | 504,75 | 365,13 |
| | 1.889,26 | 1.693,18 |

26. Receita Operacional Líquida

| | Receita Bruta | PIS/PASEP e COFINS | ICMS | Encargos do Consumidor | ISS | Receita Líquida |
|---|-----------------|--------------------|-------------------|------------------------|---------------|-----------------|
| Em 2011 | | | | | | |
| Fornecimento de Energia Elétrica | 3.706,86 | (43,51) | (777,47) | (284,91) | | 2.600,97 |
| Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica | 2.633,25 | (31,16) | (532,06) | (219,84) | | 1.850,19 |
| Receita de Construção | 950,95 | | | | | 950,95 |
| Outras Receitas Operacionais | 98,00 | | | | (0,31) | 97,69 |
| | 7.389,06 | (74,67) | (1.309,53) | (504,75) | (0,31) | 5.499,80 |
| Em 2010 | | | | | | |
| Fornecimento de Energia Elétrica | 3.795,79 | (42,48) | (712,59) | (192,90) | | 2.847,81 |
| Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica | 2.328,55 | (31,52) | (541,04) | (172,23) | | 1.583,66 |
| Receita de Construção | 1.087,63 | | | | | 1.087,63 |
| Outras Receitas Operacionais | 104,32 | | | | (0,31) | 104,01 |
| | 7.316,29 | (74,11) | (1.253,63) | (365,13) | (0,31) | 5.623,11 |

27. Dispendios/Custos e Despesas

| | <u>Custos de bens e/ou serviços</u> | <u>Despesas com vendas</u> | <u>Despesas gerais e administ.</u> | <u>Outras rec.(desp.) líquidas</u> | <u>Total</u> |
|--|-------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|------------------------------------|-------------------|
| Em 2011 - Natureza dos Gastos | | | | | |
| Energia Elétrica Comprada para Revenda | (748,82) | | | | (748,82) |
| Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfa | (102,15) | | | | (102,15) |
| Encargo de Uso de Rede Elétrica | (129,52) | | | | (129,52) |
| Pessoal e Administradores | (1.228,94) | | (522,09) | | (1.751,03) |
| Material | (123,46) | | (51,31) | | (174,77) |
| Serviços de Terceiros | (72,44) | | (237,14) | | (309,58) |
| Depreciação e Amortização | (407,11) | | (17,15) | | (424,26) |
| Custo de Construção | (950,95) | | | | (950,95) |
| Outros Custos e Despesas | (67,96) | (3,98) | (221,69) | 25,06 | (268,57) |
| | <u>(3.831,35)</u> | <u>(3,98)</u> | <u>(1.049,38)</u> | <u>25,06</u> | <u>(4.859,65)</u> |
| Em 2010 - Natureza dos Gastos | | | | | |
| Energia Elétrica Comprada para Revenda | (626,16) | | | | (626,16) |
| Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfa | (46,20) | | | | (46,20) |
| Encargo de Uso de Rede Elétrica | (144,91) | | | | (144,91) |
| Pessoal e Administradores | (952,09) | | (438,09) | | (1.390,18) |
| Material | (166,13) | | (67,91) | | (234,04) |
| Serviços de Terceiros | (93,41) | | (354,56) | | (447,97) |
| Depreciação e Amortização | (325,69) | | (14,04) | | (339,73) |
| Custo de Construção | (1.087,63) | | | | (1.087,63) |
| Outros Custos e Despesas | (55,42) | (4,47) | (276,25) | 67,01 | (269,13) |
| | <u>(3.497,64)</u> | <u>(4,47)</u> | <u>(1.150,85)</u> | <u>67,01</u> | <u>(4.585,95)</u> |

28. Detalhamento do Resultado Financeiro

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|---|---------------------|---------------------|
| Receitas Financeiras | | |
| Rendas de Aplicação Financeira | 42,63 | 31,91 |
| Acréscimo Moratório S/Fatura de Energia | 74,84 | 90,55 |
| Outras Receitas Financeiras | 6,70 | 17,42 |
| | <u>124,17</u> | <u>139,88</u> |
| (-) Despesas Financeiras | | |
| Tarifas Bancárias | 76,92 | 65,36 |
| IOF | 4,37 | 1,86 |
| Outras Despesas Financeiras | 10,58 | 8,43 |
| | <u>91,87</u> | <u>75,65</u> |
| | <u><u>32,30</u></u> | <u><u>64,23</u></u> |

29. Detalhamento de Outras Receitas e Despesas

| | 2011 | 2010 |
|--|----------------|----------------|
| Outras Receitas | | |
| Ganhos na Alienação de Bens | 50,00 | 118,42 |
| Outras Receitas | 9,80 | - |
| | <u>59,80</u> | <u>118,42</u> |
| Outras Despesas | | |
| Perdas na Desativação de Bens | (5,88) | (37,04) |
| Perdas na Alienação de Bens | (7,16) | (10,62) |
| Outras Despesas | (21,70) | (3,75) |
| | <u>(34,74)</u> | <u>(51,41)</u> |
| (=) Resultado de Outras Receitas e Despesas | <u>25,06</u> | <u>67,01</u> |

30. Informações por Segmento e Atividades de Negócios

a) Segmentos e Atividades de Negócios

Distribuição de Energia: é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade: **a)** distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores; **b)** permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores e; quando for o caso, **c)** garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

Comercialização de Energia: refere-se à atividade de compra e venda de energia elétrica, composta de móveis e utensílios, equipamentos de informática e comunicação.

b) Áreas Geográficas

Os segmentos e atividades de negócios de distribuição e comercialização de energia elétrica são desenvolvidos nos municípios de Armazém, Capivari de Baixo, Gravatal, Imarui, Laguna e Tubarão, todos no Estado de Santa Catarina.

c) Resultados

| | 2011 | | |
|---|------------------------|-----------------|-----------------|
| | Atividades de Negócios | | |
| | Distribuição | Comercialização | Total |
| Receita Operacional Líquida | 2.877,97 | 2.621,83 | 5.499,80 |
| Custos dos Serviços | 2.696,78 | 1.134,58 | 3.831,36 |
| Resultado Operacional Bruto | 181,19 | 1.487,25 | 1.668,44 |
| Despesas Operacional | 818,19 | 210,11 | 1.028,30 |
| Resultado Antes do Resultado Financeiro | (637,00) | 1.277,14 | 640,14 |
| Receitas Financeiras | 39,73 | 84,44 | 124,17 |
| Despesas Financeiras | (73,93) | (17,93) | (91,86) |
| Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro | (671,20) | 1.343,65 | 672,45 |
| Tributos Sobre o Lucro | - | - | 33,86 |
| Resultado Líquido do Período | (671,20) | 1.343,65 | 638,59 |

d) Principais Clientes

As receitas provenientes de um cliente do Segmento de Distribuição de Energia Elétrica no exercício social de 2011 chegaram a perfazer um montante de R\$ 262 mil, representando cerca de 3,5% do total das receitas da Cooperativa.

31. Partes Relacionadas

| | 2011 | | | 2010 | | |
|---------------------------------------|-------|---------|---------------|-------|-------------|---------------|
| | Ativo | Passivo | Resultado | Ativo | Passivo | Resultado |
| Pessoal chave da administração | | | | | | |
| Presidência e conselhos | - | - | 167,47 | - | 6,30 | 160,40 |
| Encargos sociais | - | - | 34,18 | - | - | 36,41 |
| | - | - | 201,65 | - | 6,30 | 196,81 |

32. Demonstração de resultado para efeito de cálculo do IRPJ e CSLL

| Contas | Operações com | | |
|---|-----------------|---------------|-----------------|
| | Associados | Terceiros | Total |
| 1 - Receita Operacional Bruta | 6.199,52 | 238,60 | 6.438,12 |
| 2 - Deduções da Receita Bruta | 1.833,21 | 56,05 | 1.889,26 |
| 2.1 - Impostos e Contrib. Sobre a Receita | 1.347,17 | 37,34 | 1.384,51 |
| 2.2 - Encargos Setoriais | 486,04 | 18,71 | 504,75 |
| 3 - Receita Operacional Líquida (1-2) | 4.366,31 | 182,55 | 4.548,86 |
| 4 - Custo do Serviço de Energia Elétrica | 2.764,82 | 94,99 | 2.859,81 |
| 5 - (=) Resultado Operacional Bruto (3-4) | 1.601,49 | 87,56 | 1.689,05 |
| 6 - Despesas Operacionais | 1.003,07 | 38,60 | 1.041,67 |
| Despesas Gerais e Administrativas | 1.034,18 | 39,80 | 1.073,98 |
| Despesas Menos Receitas Financeiras | (31,11) | (1,20) | (32,31) |
| 7 - Resultado Não Operacional | (22,85) | (2,22) | (25,07) |
| 8 - Result. Liq. Exerc. Antes Tributação (5-6+7) | 621,27 | 51,18 | 672,45 |
| 9 - Tributos Incidentes Sobre o Resultado | 21,41 | 12,45 | 33,86 |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ | 13,38 | 7,78 | 21,16 |
| Contribuição Social S/Lucro Líquido - CSLL | 8,03 | 4,67 | 12,70 |
| 10 - Resultado Líquido do Exercício (8-9) | 599,86 | 38,73 | 638,59 |
| Resultado Líquido do Exercício em 2010 | 898,21 | 154,31 | 1.052,51 |

33. Seguros

Os seguros são considerados suficientes para cobertura dos riscos envolvidos, abrangendo a frota de veículos da entidade conforme descrito a seguir:

| Item | Descrição do Bem | Vigência | Importância Segurada | Prêmio Total |
|--------------------------------|---|--------------|----------------------|------------------|
| Veículos | | | | |
| 1 | Toyota Hilux ano 2010 Placa MHQ2924 | 01/07/2012 | 50.000,00 | 582,38 |
| 2 | Toyota Hilux ano 2010 Placa MII0474 | 01/07/2012 | 50.000,00 | 582,38 |
| 3 | Moto Honda CG 150 ano 2008 Placa MEP9314 | 01/07/2012 | 50.000,00 | 302,47 |
| 4 | Moto Honda NXR 150 ano 2008 Placa MEP9224 | 01/07/2012 | 50.000,00 | 302,47 |
| 5 | Moto Honda NXR 150 ano 2008 Placa MEP8954 | 01/07/2012 | 50.000,00 | 302,47 |
| 6 | Moto Speed 150 ano 2009 Placa MFV2975 | 01/07/2012 | 50.000,00 | 384,45 |
| 7 | Camioneta Ford Courier ano 2008 Placa MFT7574 | 01/07/2012 | 50.000,00 | 435,13 |
| 8 | Caminhão VW 8.150 ano 2010 Placa MHR2057 | 01/07/2012 | 50.000,00 | 471,24 |
| 9 | Caminhão VW 15.180 ano 2010 Placa MIR0381 | 01/07/2012 | 50.000,00 | 805,15 |
| 10 | Automovel VW Gol 1.6 Power ano 2011 Placa MIW6356 | 21/09/2012 | 50.000,00 | 1.844,83 |
| | | | 500.000,00 | 6.012,97 |
| Máquinas e Equipamentos | | | | |
| 1 | Religadores | 16/05/2012 | 150.000,00 | 3.892,96 |
| | | | 150.000,00 | 3.892,96 |
| Edificações | | | | |
| 1 | Prédio Sede | 14/06/2012 | 200.000,00 | 1.776,55 |
| | | | 200.000,00 | 1.776,55 |
| | | TOTAL | 850.000,00 | 11.682,48 |

34. Contingências

- Provisão PIS/COFINS Sobre Ato Cooperativo Não Reconhecido – Notificação Fiscal

As Leis n.ºs 9.715/98 e 9.718/98 alteradas parcialmente por Medidas Provisórias até a de n.º 2158-35/2001, pelas Leis n.ºs 10.637 de 30 de dezembro de 2002, 10.676 de 22 de maio de 2003 e 10.684 de 30 de maio de 2003, implementadas com a Instrução Normativa – IN n.º 145 da Secretaria da Receita Federal – SRF de 09 de dezembro de 1999, IN – SRF n.º 247 de 21 de novembro de 2002, e IN – SRF n.º 358 de 9 de setembro de 2003, estabeleceram que a contribuição para o PIS e a COFINS são devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, calculadas com base no faturamento a partir de 1 de fevereiro de 1999, aplicando-se, todavia às sociedades cooperativas sobre os fatos geradores a partir de novembro de 1999. Em 24 de março de 2006 foi editada a IN – SRF n.º 635 dispondo sobre a contribuição ao PIS e da COFINS, cumulativas e não-cumulativas devidas pelas cooperativas em geral.

Com o advento da Lei n.º 10.684, houve grande evolução no entendimento da não incidência da contribuição para o PIS e da COFINS sobre o ato cooperativo, notadamente quando determinou, em seu Art. 17, a exclusão dos *valores dos serviços prestados pelas cooperativas de eletrificação rural a seus associados* da base de cálculo do tributo. Com isso a administração da cooperativa entende que somente as operações praticadas com não associados geram receitas sujeitas a incidência de contribuição ao PIS e da COFINS.

Através de ação fiscalizadora, concluída em 22 de novembro de 2006, a Secretaria de Receita Federal lavrou auto de infração, protocolado em 07 de dezembro de 2006, por suposta falta/insuficiência de recolhimento da Contribuição ao PIS e da COFINS no período de novembro de 2001 a junho de 2006. O procedimento fiscal tomou como base de cálculo a totalidade das receitas, excluindo os gastos com geração e distribuição de energia elétrica e a parcela das sobras destinada aos fundos legais.

Em 20 de dezembro de 2006 a cooperativa interpôs defesa administrativa argumentando a não incidência de tributo sobre o ato cooperativo. A cooperativa destacou ainda em sua defesa a ausência dos valores correspondentes aos demais gastos, inclusive financeiros, a serviço do associado e a integralidade das sobras, entre as exclusões da base de cálculo utilizada pela autoridade fiscal.

Diante do auto de infração, a cooperativa reconheceu como **provável** sua materialização e seus efeitos contabilizados mediante provisão, utilizando como valor, as bases utilizadas pela autoridade fiscalizadora ajustado pelas exclusões dos gastos administrativos, financeiros e o restante das sobras, conforme argumenta em sua defesa.

Composição da provisão em 31 de dezembro:

| 2010 | PIS | COFINS | Total |
|------------------------------|--------------|---------------|---------------|
| Valor do Tributo | 24,50 | 113,10 | 137,60 |
| <u>Acréscimos Moratórios</u> | | | |
| · Multa | 18,38 | 84,82 | 103,20 |
| · Juros | 20,92 | 96,57 | 117,49 |
| | 39,30 | 181,39 | 220,69 |
| | 63,80 | 294,49 | 358,29 |

| 2011 | PIS | COFINS | Total |
|------------------------------|--------------|---------------|---------------|
| Valor do Tributo | 24,50 | 113,10 | 137,60 |
| <u>Acréscimos Moratórios</u> | | | |
| · Multa | 18,38 | 84,82 | 103,20 |
| · Juros | 23,63 | 109,05 | 132,68 |
| | 42,01 | 193,87 | 235,88 |
| | 66,51 | 306,97 | 373,48 |

Tratamento Contábil para o Valor da Provisão

Os valores do tributo e seus acréscimos até 31 de dezembro de 2005 foram levados a conta de sobras a disposição da Assembleia Geral Ordinária como ajuste de exercícios anteriores. Os valores do tributo e seus acréscimos de janeiro a junho de 2006 e sua atualização foram levados à conta de despesa com provisão.

Tratamento do tributo após o período notificado

Mesmo discordante a cooperativa passou a recolher o tributo conforme a metodologia constante do auto de infração a partir da competência julho/2006.

- Proibição ao Crédito do ICMS nas Aquisições de Bens Destinados ao Ativo Imobilizado

O crédito de ICMS nas aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado é matéria consagrada na legislação federal e estadual, sendo pacífica a sua utilização em 48 parcelas a partir da aquisição do bem. Contudo, o fisco catarinense tem se manifestado contrariamente a utilização do crédito quando referente a bens destinados a construção de redes de energia elétrica, argumentando tratar-se de construção civil, sendo matéria tributária municipal.

A administração da cooperativa discorda das manifestações do fisco amparada nas disposições da Lei Complementar n.º 87 e na ausência de vedações expressas na legislação sobre ICMS no Estado de Santa Catarina.

Em 15 de fevereiro de 2007 foi editada a Lei 13.992, dispondo, entre outros assuntos, sobre alterações na Lei 10.297, de 26 de dezembro de 1996. Uma das alterações tratou sobre a dispensa das cooperativas de eletrificação rural de *estornarem os créditos fiscais de ICMS*, advindos das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado no período de dezembro de 2001 a dezembro de 2006, sinalizando no sentido da proibição do crédito para os períodos seguintes.

Caso a intenção do fisco seja a de proibir a utilização do crédito de ICMS, sem fazer distinção a determinado tipo de bem, os valores correspondentes ao saldo em 31 de dezembro de 2006, assim como os créditos gerados a partir de janeiro de 2007 não poderão ser utilizados e deverão compor o custo das aquisições, complementarmente.

Diante da ausência de notificação formal por parte do fisco catarinense e do caráter inovador da matéria, a administração da cooperativa decidiu manter a apropriação dos créditos de ICMS nas aquisições de bens do ativo imobilizado destinados a construção de redes de distribuição, classificando como possível os efeitos contrários a sua utilização.

Gravatal, 31 de dezembro de 2011.

João Vanio Mendonça Cardoso
Diretor Presidente
702.273.819-07

Luana Mendes Leandro
Contadora
CRC/SC-035589/O-5

4 – RELATÓRIOS E PARECERES DOS AUDITORES

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos
Diretores, Conselheiros e Associados da
COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE GRAVATAL - CERGRAL
Gravatal - SC

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE GRAVATAL - CERGRAL**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da **CERGRAL**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da **CERGRAL**, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da **CERGRAL**. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CERGRAL**, em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São José (SC), 28 de fevereiro de 2012.



Hermenegildo João Vanoni
Contador - CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Diretores, Conselheiros e Associados da
COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE GRAVATAL - CERGRAL
Gravatal - SC

1. Examinamos o balanço patrimonial da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE GRAVATAL - CERGRAL**, em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, correspondentes ao exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração, sobre as quais emitimos parecer sem ressalvas em 28 de fevereiro de 2012.
2. Examinamos também as demonstrações contábeis regulatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas notas explicativas a esta demonstração, embora não sejam consideradas partes essenciais das demonstrações contábeis básicas, são apresentadas como informações suplementares em atendimento à Instrução Geral nº 005 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, conforme estabelecido na Resolução nº 444, de 26 de outubro de 2001, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.
3. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria às Demonstrações Contábeis.
4. Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis Regulatórias da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE GRAVATAL - CERGRAL**, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Resolução 444/01, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

São José (SC), 17 de abril de 2012.



Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável - Contador - CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012

AUDICONSULT

AUDICONSULT Auditores S/S

Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de Dezembro

I - Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

(Valores expressos em milhares de reais)

| | Nota de Ajuste | 2011 | | | 2010 | | |
|---|----------------|-----------------|-------------------|-----------------|-----------------|-------------------|-----------------|
| | | Societário | Ajustes CPCs | Regulatório | Societário | Ajustes CPCs | Regulatório |
| ATIVO | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | | |
| Consumidores, concessionárias e permissionárias | [1] | - | - | - | - | - | - |
| Despesas pagas antecipadamente | [2] | - | - | - | - | - | - |
| Outros ativos circulantes não afetados | | 1.977,01 | - | 1.977,01 | 1.850,73 | - | 1.850,73 |
| | | <u>1.977,01</u> | <u>-</u> | <u>1.977,01</u> | <u>1.850,73</u> | <u>-</u> | <u>1.850,73</u> |
| Não Circulante | | | | | | | |
| Consumidores, concessionárias e permissionárias | [1] | - | - | - | - | - | - |
| Créditos fiscais diferidos | [3] | - | - | - | - | - | - |
| Despesas pagas antecipadamente | [2] | - | - | - | - | - | - |
| Ativo financeiro concessão | | 5,68 | (5,68) | - | 5,68 | (5,68) | - |
| Outros ativos circulantes não afetados | | 35,72 | - | 35,72 | 25,84 | - | 25,84 |
| | | <u>41,40</u> | <u>(5,68)</u> | <u>35,72</u> | <u>31,52</u> | <u>(5,68)</u> | <u>25,84</u> |
| Investimentos | [4] | 7,22 | - | 7,22 | 6,72 | - | 6,72 |
| Imobilizado | | | | | | | |
| Em serviço | [5] | - | 6.880,58 | 6.880,58 | - | 6.281,16 | 6.281,16 |
| (-) Reintegração Acumulada | | - | (2.236,86) | (2.236,86) | - | (1.993,59) | (1.993,59) |
| Em curso | | - | 113,13 | 113,13 | - | 104,08 | 104,08 |
| | | - | <u>4.756,85</u> | <u>4.756,85</u> | - | <u>4.391,65</u> | <u>4.391,65</u> |
| Intangível | | | | | | | |
| Em serviço | [6] | 4.094,16 | (4.638,04) | 56,12 | 4.338,01 | (4.281,89) | 56,12 |
| Em curso | | 113,13 | (113,13) | - | 104,08 | (104,08) | - |
| | | <u>4.207,29</u> | <u>(4.751,17)</u> | <u>56,12</u> | <u>4.442,09</u> | <u>(4.385,97)</u> | <u>56,12</u> |
| TOTAL DO ATIVO | | <u>6.832,92</u> | <u>-</u> | <u>6.832,92</u> | <u>6.331,06</u> | <u>-</u> | <u>6.331,06</u> |
| PASSIVO | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | | |
| Passivo regulatório | [7] | - | - | - | - | - | - |
| Outros passivos circulantes não afetados | | 631,68 | - | 631,68 | 471,42 | - | 471,42 |
| | | <u>631,68</u> | <u>-</u> | <u>631,68</u> | <u>471,42</u> | <u>-</u> | <u>471,42</u> |
| Não Circulante | | | | | | | |
| Passivo regulatório | [7] | - | - | - | - | - | - |
| Outros passivos circulantes não afetados | | 394,33 | - | 394,33 | 379,14 | - | 379,14 |
| | | <u>394,33</u> | <u>-</u> | <u>394,33</u> | <u>379,14</u> | <u>-</u> | <u>379,14</u> |
| Patrimônio Líquido | | | | | | | |
| Capital social | | 974,88 | - | 974,88 | 709,88 | - | 709,88 |
| Reserva de capital | | - | - | - | - | - | - |
| Reserva de lucro | | 4.206,28 | - | 4.206,28 | 3.993,44 | - | 3.993,44 |
| Dividendo adicional proposto | | - | - | - | - | - | - |
| Reserva de avaliação patrimonial | [8] | - | - | - | - | - | - |
| Lucro (prejuízo) acumulado | [9] | 625,75 | - | 625,75 | 777,18 | - | 777,18 |
| | | <u>5.806,91</u> | <u>-</u> | <u>5.806,91</u> | <u>5.480,50</u> | <u>-</u> | <u>5.480,50</u> |
| TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | <u>6.832,92</u> | <u>-</u> | <u>6.832,92</u> | <u>6.331,06</u> | <u>-</u> | <u>6.331,06</u> |

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de Dezembro

II - Demonstração Regulatória do Resultado do Exercício

(Valores expressos em milhares de reais)

| | Nota de Ajuste | 2011 | | | 2010 | | |
|---|----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-------------------|-----------------|
| | | Societário | Ajustes CPCs | Regulatório | Societário | Ajustes CPCs | Regulatório |
| RECEITA OPERACIONAL BRUTA | [10] | 7.389,06 | (950,95) | 6.438,11 | 7.316,29 | (1.087,63) | 6.228,66 |
| Fornecimento de Energia Elétrica | | 3.706,86 | - | 3.706,86 | 3.795,79 | - | 3.795,79 |
| Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica | | 2.633,25 | - | 2.633,25 | 2.328,55 | - | 2.328,55 |
| Receita de Atividade Não Vinculada | [11] | - | - | - | - | - | - |
| Outras Receitas Vinculadas | [12] | 1.048,95 | (950,95) | 98,00 | 1.191,95 | (1.087,63) | 104,32 |
| DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL | | 1.889,26 | - | 1.889,26 | 1.693,18 | - | 1.693,18 |
| Tributos e Encargos | | 1.384,51 | - | 1.384,51 | 1.328,05 | - | 1.328,05 |
| Federais | | 74,67 | - | 74,67 | 74,12 | - | 74,12 |
| Estaduais e Municipais | | 1.309,84 | - | 1.309,84 | 1.253,93 | - | 1.253,93 |
| Encargos - Parcela "A" | | 504,75 | - | 504,75 | 365,13 | - | 365,13 |
| Reserva Global de Reversão - RGR | | 78,83 | - | 78,83 | 73,90 | - | 73,90 |
| Pesquisa e Desenvolvimento - P&D | | 22,53 | - | 22,53 | 29,67 | - | 29,67 |
| Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE | | 187,54 | - | 187,54 | 137,42 | - | 137,42 |
| Conta de Consumo de Combustíveis - CCC | | 175,01 | - | 175,01 | 119,91 | - | 119,91 |
| Programa de Eficiência Energética - PEE | | 22,53 | - | 22,53 | - | - | - |
| Outros Encargos (Energia Reserva e CCC ad.) | | 18,31 | - | 18,31 | 4,23 | - | 4,23 |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | | 5.499,80 | (950,95) | 4.548,85 | 5.623,11 | (1.087,63) | 4.535,48 |
| CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - Parcela "A" | [13] | 1.001,10 | - | 1.001,10 | 832,23 | - | 832,23 |
| Energia Elétrica Comprada para Revenda | | 748,81 | - | 748,81 | 626,17 | - | 626,17 |
| Energia Elétrica Comprada para Revenda - Pronta | | 102,15 | - | 102,15 | 46,20 | - | 46,20 |
| Encargos de Uso do Sistema de Transm./Distrib. | | 129,52 | - | 129,52 | 144,91 | - | 144,91 |
| Taxa de Fiscalização | | 20,62 | - | 20,62 | 14,95 | - | 14,95 |
| RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS | | 4.498,70 | (950,95) | 3.547,75 | 4.790,88 | (1.087,63) | 3.703,25 |
| CUSTOS GERENCIÁVEIS - Parcela "B" | | 3.083,61 | (950,95) | 2.932,66 | 3.620,72 | (1.087,63) | 2.733,99 |
| Pessoal | | 1.549,40 | - | 1.549,40 | 1.193,38 | - | 1.193,38 |
| Administradores | | 201,64 | - | 201,64 | 196,81 | - | 196,81 |
| Material | | 174,77 | - | 174,77 | 234,04 | - | 234,04 |
| Serviço de Terceiros | | 309,57 | - | 309,57 | 447,97 | - | 447,97 |
| Depreciação | [5] | - | 424,26 | 424,26 | - | 339,72 | 339,72 |
| Amortização | [6] | 424,26 | (424,26) | - | 339,72 | (339,72) | - |
| Arrendamento e Aluguéis | | - | - | - | - | - | - |
| Seguros | | 11,10 | - | 11,10 | 10,50 | - | 10,50 |
| Tributos | | 18,32 | - | 18,32 | 10,87 | - | 10,87 |
| Provisão Devedores Duvidosos | | 3,98 | - | 3,98 | 4,47 | - | 4,47 |
| Provisões - Outras | | 15,19 | - | 15,19 | 12,89 | - | 12,89 |
| Outros | [12] | 1.175,38 | (950,95) | 224,43 | 1.370,07 | (1.087,63) | 282,44 |
| Despesa de Atividade Não Vinculada | | - | - | - | - | - | - |
| RESULTADO DA ATIVIDADE DA CONCESSÃO | | 615,09 | - | 615,09 | 970,16 | - | 970,16 |
| RESULTADO EXTRA-CONCESSÃO | [14] | 57,36 | - | 57,36 | 131,23 | - | 131,23 |
| Receita Financeira | | 124,17 | - | 124,17 | 139,88 | - | 139,88 |
| Despesa Financeira | | (91,87) | - | (91,87) | (75,65) | - | (75,65) |
| Resultado Não Operacional | | 25,06 | - | 25,06 | 67,00 | - | 67,00 |
| LUCRO (PREJUÍZO) ANTES IRPJ/CSLL | | 672,45 | - | 672,45 | 1.101,39 | - | 1.101,39 |
| Imposto de Renda | | 21,16 | - | 21,16 | 30,55 | - | 30,55 |
| Contribuição social | | 12,70 | - | 12,70 | 18,33 | - | 18,33 |
| LUCRO (PREJUÍZO) | | 638,59 | - | 638,59 | 1.052,51 | - | 1.052,51 |

IV - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, bem como outros pronunciamentos emitidos por aquela autarquia federal.

A ANEEL instituiu a Contabilidade Regulatória através da Resolução Normativa nº 396/2010, a qual difere da Contabilidade Societária, principalmente pela não aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão. A Contabilidade Regulatória tem por finalidade, estabelecer as práticas e orientações contábeis necessárias às concessionárias e permissionárias de serviço público de transmissão e de distribuição de energia elétrica para registro contábil de suas respectivas operações e elaboração de demonstrações contábeis, de forma a atender as necessidades regulatórias, bem como, divulgar à sociedade um conjunto de informações que representam adequadamente a situação econômico-financeira em consonância com o arcabouço legal regulatório tarifário.

Para o exercício de 2011, a ANEEL determinou através do Despacho ANEEL nº 4.991, de 29/12/2011, novos modelos de apresentação e divulgação do Balanço Patrimonial Regulatório e Demonstração do Resultado do Exercício Regulatório. O novo modelo da Demonstração do Resultado do Exercício Regulatório tem como propósito a divulgação do resultado num formato que espelhe a estrutura tarifária, segregando em resultado antes e após os custos gerenciáveis, permitindo análise comparativa entre o resultado obtido e a tarifa concedida. Essas demonstrações foram estruturadas com base no Balanço Mensal Padronizado – BMP, juntamente com a conciliação entre o resultado das referidas demonstrações contábeis e as demonstrações contábeis societárias.

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em milhares de reais e foram aprovadas pelo conselho de administração e pelo conselho fiscal.

1. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Não existe ajuste para esse item

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

2. Despesas Pagas Antecipadamente

Não existe ajuste para esse item

3. Créditos Fiscais Diferidos

Não existe ajuste para esse item

4. Investimentos

| | <u>Participação</u> | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|-----------------------------|---------------------|-------------|-------------|
| Investimentos | | | |
| Oficina Técnica Extremo Sul | 0% | 5,56 | 5,56 |
| Fecoerusc | 0% | 0,94 | 0,94 |
| SICOOB | 0% | 0,72 | 0,22 |
| | | <u>7,22</u> | <u>6,72</u> |

5. Imobilizado

a) Ajuste

Efeito do registro dos bens que compõem a infra-estrutura de distribuição de energia elétrica – base de remuneração regulatória, como ativo imobilizado. O ajuste tem origem na anulação dos efeitos decorrentes da aplicação das orientações contidas no ICPC 01 e OCPC 05, na estruturação das demonstrações contábeis societárias.

b) Composição do Imobilizado em Serviço e em Curso

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Em Serviço | | |
| Terrenos | 5,68 | 5,68 |
| Edificações, Obras Civis e Benfeitorias | 119,75 | 119,75 |
| Máquinas e Equipamentos | 6.018,77 | 5.573,86 |
| Veículos | 696,59 | 536,91 |
| Móveis e Utensílios | 39,79 | 44,96 |
| | <u>6.880,58</u> | <u>6.281,16</u> |
| (-) Reintegração Acumulada | | |
| Edificações, Obras Civis e Benfeitorias | (25,26) | (20,36) |
| Máquinas e Equipamentos | (1.951,92) | (1.767,60) |
| Veículos | (237,27) | (180,18) |
| Móveis e Utensílios | (22,41) | (25,45) |
| | <u>(2.236,86)</u> | <u>(1.993,59)</u> |
| Em Curso | | |
| Máquinas e Equipamentos | 3,45 | 2,03 |
| Material em Depósito | 109,68 | 102,05 |
| Compras em Andamento | - | - |
| | <u>113,13</u> | <u>104,08</u> |
| | <u>4.756,85</u> | <u>4.391,65</u> |

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Conforme o Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados principalmente na distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A resolução nº 20/1999 da ANEEL, entretanto, regulamentou a desvinculação de bens das concessões de serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

c) Manual de Controle Patrimonial

A ANEEL através da Resolução Normativa nº 367 de 2 de junho de 2009, aprovou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, a ser utilizado por concessionárias, permissionárias e autorizadas de energia elétrica, cujos bens e instalações, nos termos da legislação vigente, são passíveis de reversão à União.

Através da 47ª Reunião Pública Ordinária na data de 07/12/2010, a ANEEL prorrogou a vigência da Portaria DNAEE nº 815/94, nos seguintes termos:

"As empresas com revisão tarifária em 2011 e primeiro trimestre de 2012, não necessitam mais antecipar a implantação da Resolução Normativa ANEEL nº 367/2009";

"A portaria DNAEE nº 815/94, será revogada apenas a partir de 1º de janeiro de 2012, ou seja, a adoção dos procedimentos previstos na Resolução Normativa nº 367/2009, para o Ativo Imobilizado em Curso – AIC fica estendida até a data de 31/12/2011."

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

d) Resumo da Movimentação do Ativo Imobilizado

| | Saldo Inicial | Adições (+) | Baixas (-) | Transferências (+/-) | Saldo Atual |
|--|-------------------|-----------------|-----------------|----------------------|-------------------|
| Em Serviço | | | | | |
| Terras | 5,68 | - | - | - | 5,68 |
| Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias | 119,75 | - | - | - | 119,75 |
| Máquinas e Equipamentos | 5.573,86 | 635,40 | (192,52) | 2,03 | 6.018,77 |
| Veículos | 536,91 | 224,55 | (64,87) | - | 696,59 |
| Móveis e Utensílios | 44,96 | 0,85 | (6,02) | - | 39,79 |
| | 6.281,16 | 860,80 | (263,41) | 2,03 | 6.880,58 |
| (-) Reintegração Acumulada | | | | | |
| Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias | (20,36) | (4,90) | - | - | (25,26) |
| Máquinas e Equipamentos | (1.767,60) | (294,57) | 110,25 | - | (1.951,92) |
| Veículos | (180,18) | (121,96) | 64,87 | - | (237,27) |
| Móveis e Utensílios | (25,45) | (2,82) | 5,86 | - | (22,41) |
| | (1.993,59) | (424,25) | 180,98 | - | (2.236,86) |
| Em Curso | | | | | |
| Máquinas e Equipamentos | 2,03 | 3,45 | - | (2,03) | 3,45 |
| Material em Depósito | 102,05 | 7,63 | - | - | 109,68 |
| Compras em Andamento | - | - | - | - | - |
| | 104,08 | 11,08 | - | (2,03) | 113,13 |
| | 4.391,65 | 447,63 | (82,43) | - | 4.756,85 |

e) Vidas Úteis e Taxas de Depreciação

A depreciação dos ativos imobilizados foi realizada pelo método linear com base nas taxas anuais determinadas pela Resolução ANEEL nº 240/2006, substituída pela Resolução Normativa nº 367/2009.

f) Bens Totalmente Depreciados

Os bens totalmente depreciados devem permanecer registrados no ativo imobilizado, devendo, concomitantemente, ter seu registro no sistema extrapatrimonial, a partir de 2011.

| | 2011 | 2010 |
|------------------------------------|--------------|----------|
| Bens totalmente depreciados | | |
| Máquinas e Equipamentos | 16,77 | - |
| Veículos | 41,47 | - |
| Móveis e Utensílios | 11,86 | - |
| | 70,10 | - |

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

6. Intangível

a) Ajuste

Efeito do registro dos bens que compõem a infra-estrutura de distribuição de energia elétrica – base de remuneração regulatória, como ativo imobilizado. O ajuste tem origem na anulação dos efeitos decorrentes da aplicação das orientações contidas no ICPC 01 e OCPC 05, na estruturação das demonstrações contábeis societárias.

b) Composição do Intangível

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|-----------------------------|--------------|--------------|
| Em Serviço | | |
| Marcas e Patentes | 3,39 | 3,39 |
| Direito de Uso de Softwares | 52,73 | 52,73 |
| | <u>56,12</u> | <u>56,12</u> |
| Em Curso | | |
| | - | - |
| | <u>-</u> | <u>-</u> |
| | <u>56,12</u> | <u>56,12</u> |

7. Passivo Regulatório

Não existe ajuste para esse item

8. Reserva de Avaliação Patrimonial

Não existe ajuste para esse item

9. Lucro (Prejuízo) Acumulado

Não existe ajuste para esse item

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

10. Receita Operacional Bruta

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|--|-----------------|-----------------|
| Fornecimento de Energia Elétrica | | |
| Residencial | 1.371,45 | 1.370,08 |
| Industrial | 538,75 | 533,43 |
| Comercial | 1.129,91 | 1.168,73 |
| Rural | 361,31 | 386,74 |
| Poderes Públicos | 68,12 | 77,12 |
| Iluminação Pública | 204,70 | 221,84 |
| Serviço Público | 21,47 | 19,63 |
| Renda Não Faturada | 11,15 | 18,22 |
| | <u>3.706,86</u> | <u>3.795,79</u> |
| Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica | | |
| Residencial | 974,25 | 840,49 |
| Industrial | 382,71 | 327,23 |
| Comercial | 802,66 | 716,97 |
| Rural | 256,66 | 237,25 |
| Poderes Públicos | 48,39 | 47,31 |
| Iluminação Pública | 145,41 | 136,09 |
| Serviço Público | 15,25 | 12,04 |
| Renda Não Faturada | 7,92 | 11,17 |
| | <u>2.633,25</u> | <u>2.328,55</u> |
| | <u>6.340,11</u> | <u>6.124,34</u> |

11. Receita de Atividade Não Vinculada

Não existe ocorrência para esse item

12. Outras receitas vinculadas

a) Ajuste

Eliminação da receita de construção e do correspondente custo, como ajuste decorrente da anulação dos efeitos da aplicação das orientações contidas no CPC 17, na estruturação das demonstrações contábeis societárias.

b) Composição

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|-------------------------------------|--------------|---------------|
| Outras Receitas Operacionais | | |
| Uso Mútuo de Postes | 74,32 | 74,32 |
| Rendas de Prestação de Serviços | 2,51 | 0,60 |
| Serviço Taxado | 12,32 | 12,04 |
| Outras Receitas | 8,85 | 17,36 |
| | <u>98,00</u> | <u>104,32</u> |

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

13. Custos não gerenciáveis – Parcela “A”

Não existe ajuste para esse item

14. Resultado extra-concessão

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|---|----------------|----------------|
| Receitas Financeiras | | |
| Rendas de Aplicação Financeira | 42,63 | 31,91 |
| Acréscimo Moralório S/Fatura de Energia | 74,84 | 90,56 |
| Outras Receitas Financeiras | 6,70 | 17,41 |
| | <u>124,17</u> | <u>139,88</u> |
| Despesas Financeiras | | |
| Tarifas Bancárias | 76,93 | 65,36 |
| IOF | 4,37 | 1,86 |
| Outras Despesas Financeiras | 10,57 | 8,43 |
| | <u>91,87</u> | <u>75,65</u> |
| | <u>32,30</u> | <u>64,23</u> |
| Outras Receitas | | |
| Ganhos na Alienação de Bens | 50,00 | 118,41 |
| Outras Receitas | 9,80 | - |
| | <u>59,80</u> | <u>118,41</u> |
| Outras Despesas | | |
| Perdas na Desativação de Bens | (5,88) | (37,04) |
| Perdas na Alienação de Bens | (7,16) | (10,62) |
| Outras Despesas | (21,70) | (3,75) |
| | <u>(34,74)</u> | <u>(51,41)</u> |
| | <u>25,06</u> | <u>67,00</u> |

II - Considerações Finais

Nossos exames foram processados pelo método de amostragem, na extensão e profundidade julgadas necessário na oportunidade, tendo por base o conjunto de controles internos adotados pela entidade, relatórios e peças contábeis e outros documentos colocados a nossa disposição.

Os trabalhos foram desenvolvidos atendendo aos princípios técnicos e normas de auditoria usualmente adotadas, de acordo com o que recomenda o Conselho Federal de Contabilidade e levou em consideração a legislação tributária, comercial e cooperativista vigente.

Como nossas verificações foram realizadas mediante a aplicação de testes ou amostragem, não descartamos a hipótese da existência de outras ocorrências não reveladas na auditoria.

O conhecimento do conteúdo deste relatório deve estar restrito à **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE GRAVATAL - CERGRAL**. A utilização para outros fins que não o interno, será de responsabilidade de sua administração.

Permanecemos ao inteiro dispor dos senhores para quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Atenciosamente.



Hermenegildo João Vanoni
Contador - CRC-SC 14.874/O -7

AUDICONSULT Auditores S/S
Registro: CRC-SC 4.012

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE GRAVATAL- CERGRAL

**RELATÓRIO SOBRE AS MUTAÇÕES DO ATIVO
IMOBILIZADO NO EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Diretores, Conselheiros e Associados da
COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE GRAVATAL- CERGRAL
Gravatal - SC

1. Examinamos o balanço patrimonial da **Cooperativa de Eletricidade de Gravatal-CERGRAL**, em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, correspondentes ao exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração, sobre as quais emitimos parecer sem ressalvas em 28 de fevereiro de 2012.

2. A demonstração das mutações do ativo imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas notas explicativas a esta demonstração, embora não sejam consideradas partes essenciais das demonstrações contábeis básicas, são apresentadas como informações suplementares em atendimento à Instrução Geral nº 005 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, conforme estabelecido na Resolução nº 444, de 26 de outubro de 2001, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

3. Em conexão com o exame das demonstrações contábeis básicas referidas no parágrafo 1 acima, examinamos também a demonstração das mutações do ativo imobilizado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas notas explicativas, adotando os seguintes procedimentos, na extensão por nós julgada necessária nas circunstâncias:
 - a. Conferências de somas e valores com os registros contábeis e auxiliares, destacando a conferência dos saldos das contas do imobilizado e das mutações ocorridas com o razão geral e com os relatórios suporte do sistema de patrimônio;

 - b. Exame de documentos englobando as adições, baixas e transferências ocorridas no exercício;

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

- c. Análise dos critérios e testes dos procedimentos adotados para os seguintes itens principais:
- Transferência de obras concluídas para as imobilizações em serviço e sua adequada contabilização;
 - Contabilização dos custos complementares e retardatários;
 - Cálculos das depreciações;
 - Rateio das despesas de serviços auxiliares gerais e de administração geral para as ordens em curso;
 - Constituição das ordens de imobilizações - ODI, verificando sua concordância com as determinações da Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, alterada pela Resolução nº 15, de 24 de dezembro de 1997, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;
- d. Análise dos processos de "unitização" e do cadastro de propriedades, verificando o que segue:
- Se os bens estão adequadamente classificados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC e Unidades de Adição e Retirada - UAR;
 - Se as Unidades de Cadastro - UC e as Unidades de Adição e Retirada - UAR foram adequadamente valorizadas;
 - Se foi utilizada a forma de cadastramento adequada;
 - Se a classificação contábil das Unidades de Cadastro - UC está adequada;
 - Se constam do cadastro todos os dados exigidos pela Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994;
 - Se o somatório dos valores das Unidades de Cadastro - UC confere com os valores contabilizados nas respectivas contas e Ordens de Imobilizações - ODI's; e
 - Se os prazos estabelecidos pela Portaria nº 815, de 30 de novembro de 1994, alterada pela Resolução nº 15, de 24 de dezembro de 1997, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, para o concessionário cadastrar os bens transferidos para o imobilizado, foram cumpridos.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

4. Em nossa opinião, a demonstração das mutações do ativo imobilizado referida no parágrafo 2 acima, representa adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as mutações do ativo imobilizado da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE GRAVATAL - CERGRAL**, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, em relação às demonstrações contábeis básicas que lhes deram origem, referente ao exercício findo naquela data, consideradas em seu conjunto.

São José (SC), 17 de abril de 2012.



Hermenegildo João Vanoni

Sócio Responsável - Contador - CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S

CRC-SC 4.012

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE GRAVATAL - CERGRAL

Rua Engenheiro Annes Gualberto, nº 288 - Gravatal - SC - CNPJ nº 86.449.170/0001-73

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2011 e 31/12/2010

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO IMOBILIZADO

Em Reais

| Conta Sintética | Saldo Anterior | (+ Adições | (-) Baixas | Transferências | | Saldo Atual |
|----------------------------|---------------------|-------------------|---------------------|---------------------|-----------------------|---------------------|
| | | | | (+ Adições | (-) Baixas | |
| INTANGÍVEIS | 56.120,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 56.120,00 |
| EDIF., OBRAS CIVIS E BENF. | 67.569,22 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 67.569,22 |
| MAQUINAS E EQUIPAMENTOS | 5.453.244,36 | 0,00 | (151.247,74) | 635.188,60 | 0,00 | 5.937.185,22 |
| VEÍCULOS | 536.910,70 | 0,00 | (64.873,72) | 186.558,00 | 0,00 | 658.594,98 |
| MÓVEIS E UTENSÍLIOS | 4.051,18 | 0,00 | (571,99) | 0,00 | 0,00 | 3.479,19 |
| EDIF., OBRAS CIVIS E BENF. | (12.819,24) | (2.702,78) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | (15.522,02) |
| MAQUINAS E EQUIPAMENTOS | (1.715.381,36) | (284.630,83) | 78.853,95 | 0,00 | 0,00 | (1.921.158,24) |
| VEÍCULOS | (180.181,91) | (119.427,28) | 64.873,72 | 0,00 | 0,00 | (234.735,47) |
| MÓVEIS E UTENSÍLIOS | (1.562,20) | (347,93) | 571,99 | 0,00 | 0,00 | (1.338,14) |
| MAQUINAS E EQUIPAMENTOS | 2.027,07 | 195.545,35 | (2.798,16) | 527.757,41 | (719.081,56) | 3.450,11 |
| VEÍCULOS | 0,00 | 4.356,00 | 0,00 | 182.202,00 | (186.558,00) | 0,00 |
| MATERIAL EM DEPÓSITO | 102.055,55 | 121.951,09 | (69.384,98) | 379.789,97 | (424.734,17) | 109.677,46 |
| COMPRAS EM ANDAMENTO | 0,00 | 584.748,25 | (3.626,00) | 0,00 | (581.122,25) | 0,00 |
| TERRENOS | 5.675,06 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.675,06 |
| EDIF., OBRAS CIVIS E BENF. | 52.176,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 52.176,50 |
| MAQUINAS E EQUIPAMENTOS | 120.619,14 | 0,00 | (41.269,17) | 2.241,00 | 0,00 | 81.590,97 |
| VEÍCULOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 37.998,40 | 0,00 | 37.998,40 |
| MÓVEIS E UTENSÍLIOS | 40.911,22 | 0,00 | (5.449,61) | 849,00 | 0,00 | 36.310,61 |
| EDIF., OBRAS CIVIS E BENF. | (7.538,55) | (2.197,44) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | (9.735,99) |
| MAQUINAS E EQUIPAMENTOS | (52.224,33) | (9.940,02) | 31.398,07 | 0,00 | 0,00 | (30.766,28) |
| VEÍCULOS | 0,00 | (2.533,23) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | (2.533,23) |
| MÓVEIS E UTENSÍLIOS | (23.883,71) | (2.476,80) | 5.287,96 | 0,00 | 0,00 | (21.072,55) |
| MAQUINAS E EQUIPAMENTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.241,00 | (2.241,00) | 0,00 |
| VEÍCULOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 37.998,40 | (37.998,40) | 0,00 |
| MÓVEIS E UTENSÍLIOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 849,00 | (849,00) | 0,00 |
| COMPRAS EM ANDAMENTO | 0,00 | 112.906,41 | (71.818,01) | 0,00 | (41.088,40) | 0,00 |
| Total | 4.447.748,70 | 595.240,70 | (240.053,69) | 1.993.673,78 | (1.993.673,78) | 4.812.965,80 |

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE GRAVATAL - CERGRAL

Rua Engenheiro Annes Gualberto, nº 288 - Gravatal - SC - CNPJ nº 86.449.170/0001-73

NOTAS EXPLICATIVAS A DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO ATIVO IMOBILIZADO NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

1. DIRETRIZES CONTÁBEIS

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas anuais definidas pelas resoluções ANEEL nº 02/97, 44/99 e 240/06.

2. PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA IMOBILIZAÇÕES, DEPRECIACIONES E DESATIVACIONES DE BENS E INSTALACIONES.

a) Imobilizações

As imobilizações são reconhecidas nos registros contábeis da Companhia à época de suas aquisições e são obedecidos os prazos e limites estabelecidos na Resolução ANEEL nº 015, de 24 de dezembro de 1997, que altera a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, para que se procedam às imobilizações de obras.

As imobilizações ocorridas no exercício 2011 estão suportadas por informações formalmente prestadas pelos setores técnicos competentes, responsáveis pela execução física das mesmas.

b) Depreciações

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas anuais definidas pelas resoluções ANEEL nº 02/97, 44/99, 240/06 e 367/2009, conforme demonstrado a seguir:

| <u>Descrição</u> | <u>Taxa Anual de Depreciação</u> |
|--|---|
| Edificações, obras cíveis e benfeitorias | ⇒ 2,0% a 4,0% |
| Máquinas e equipamentos | ⇒ 3,3% a 6,7% |
| Móveis e utensílios | ⇒ 10% |
| Veículos | ⇒ 20% |

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Os registros contábeis são procedidos de acordo com o definido no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a crédito da conta retificadora do ativo imobilizado e a débito das contas de custo / despesa operacional - depreciação.

Os montantes são calculados mediante utilização de sistemas de processamentos eletrônicos de dados, sendo gerado mensalmente relatório detalhado, por conta, informando o montante mensal e acumulado das depreciações.

c) Desativações e alienações de bens e instalações

Os critérios para apuração das desativações e alienações são os estabelecidos na Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, e Resoluções ANEEL nº 15 e nº 20, de 24 de dezembro de 1997 e de 03 de fevereiro de 1999, respectivamente.

Os valores de custo corrigido, depreciação acumulada e custos adicionais necessários à desativação ou alienação são contabilizados nas contas "Ordem de Desativação em Andamento" ou "Ordem de Alienação em Andamento". Encerrado o processo de desativação ou alienação, o órgão responsável comunica formalmente o encerramento da Ordem de Desativação - ODD ou Ordem de Alienação - ODA, para os devidos registros contábeis (a ODA no grupo não operacional, e a ODD: se prejuízo, na 675 e se lucro, transferido em forma de rateio para o Almoxarifado de Obra).

3. CONTABILIZAÇÃO DOS CUSTOS COMPLEMENTARES E RETARDATÁRIOS

As obras concluídas são transferidas para o imobilizado em serviço até o fechamento do segundo mês subsequente ao mês de sua entrada em operação, para que os custos complementares sejam incluídos. Caso esse prazo seja ultrapassado e houver outros custos retardatários, esses também serão apropriados e transferidos para o imobilizado em serviço, quando houver anuência da ANEEL.

4. IMOBILIZAÇÕES EM CURSO

As imobilizações em curso referem-se aos custos diretos e indiretos relativos, basicamente, às obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão da Companhia. Para fazer face à execução dos projetos, a Companhia conta com recursos gerados pelas suas operações, recursos de empréstimos e financiamentos, contribuições de consumidores e outros recursos.

As principais obras em andamento existentes em 31 de dezembro de 2011 registradas nas contas de imobilizações em curso estão apresentadas a seguir:

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

| Processo | Descrição da Obra | Em Reais |
|--------------|---|------------------|
| | | Valor |
| 403011 | Vlr ref ODD 11 39 403011 TROCA DE CABO 4 CA POR CABO 1/0 | 2.485,83 |
| 395011 | Vlr ref ODI 13 65 395011 MANUT. TRANSFORMADOR TRIFASICO GORDON 30KVA Nº6379 | 2.447,67 |
| 411211 | Vlr ref ODD 12 125 411211 TROCA DE TRANSFORMADOR DE 15KVA POR 30 KVA | 2.150,62 |
| 447511 | Vlr ref ODI 13 68 447511 MANUT. TRANSFORMADOR JOCEL 150 KVA Nº 3665 | 3.196,94 |
| 490311 | Vlr ref ODI 13 74 490311 MANUT.TRANSFORMADOR TRIF. AEG 90KVA Nº112779 | 2.180,84 |
| 542311 | Vlr ref ODI 13 78 542311 MANUTENÇÃO TRANSFORMADOR TRIFASICO 150KVA Nº226872 | 6.456,29 |
| 557611 | Vlr ref ODI 13 79 557611 MANUTENÇÃO TRANSFORMADORES Nº30654, 29885, 7812152 | 3.465,90 |
| 5571/11 | AUTOMAÇÃO REGULADOR DE TENSÃO | 1.454,43 |
| 5582/11 | MANUT.TRANSFORMADOR 30 KVA SIEMENS Nº44384 | 1.995,68 |
| Total | | 25.834,20 |

As principais transferências para imobilizações em serviço ocorridas durante o exercício 2011 estão apresentadas a seguir:

| Processo | Descrição | Em Reais |
|--------------|--|-------------------|
| | | Valor Efetivo |
| 326211 | Vlr ref ODI 13 63 326211 RECEPTOR GPS GEOEXPLORER XM 2005 | 8.967,80 |
| 305911 | Vlr ref ODI 12 133 305911 TROCA DE TRANSFORMADOR E CABOS AUMENTO DE CARGA | 10.001,21 |
| 305711 | Vlr ref ODI 12 132 305711 TROCA DE TRANSFORMADOR E CABOS AUMENTO DE CARGA | 9.467,86 |
| 263311 | Vlr ref ODI 12 130 263311 AMPLIAÇÃO REDE AT(BELA VISTA) | 33.718,72 |
| 366311 | Vlr ref ODI 11 54 366311 AMPLIAÇÃO REDE AT E INSTALAÇÃO NOVO TRAFÓ (TERMAS) | 11.175,20 |
| 476211 | Vlr ref ODI 12 170 476211 AMPLIAÇÃO REDE AT (RUA JOSE LAURENTINO DA LUZ) | 20.323,51 |
| 302811 | Vlr ref ODI 6 750 302811 REGULADOR TENSÃO - TRANSFORMADOR TIPO RT - POTENCIA 276,0 KVA | 90.215,51 |
| 507311 | Vlr ref ODI 14 26 507311 MEDIDORES GVL2 , GVL-3 | 8.819,82 |
| 541611 | Vlr ref ODI 12 175 541611 INSTALAÇÃO BANCO DE REGULADOR | 9.888,71 |
| 361511 | Vlr ref ODI 12 181 361511 AMPLIAÇÃO E MELHORIA REDE AT E BT | 10.137,73 |
| 10211 | Vlr ref ODI 12 91 10211 EMERGENCIAL GVL-3 | 14.762,41 |
| 29711 | Vlr ref ODI 12 95 29711 REDE MANUTENÇÃO GVL-3 | 9.990,20 |
| 79211 | Vlr ref ODI 11 45 79211 MANUTENÇÃO REDE AT E BT (TREVO TERMAS) | 20.129,30 |
| 144411 | Vlr ref ODI 11 50 144411 EMERGENCIAL GVL-2 | 9.940,79 |
| 195511 | Vlr ref ODI 12 112 195511 AMPLIAÇÃO E MELHORIA REDE AT E BT (INDAIAL) | 12.242,85 |
| 235711 | Vlr ref ODI 12 117 235711 AMPLIAÇÃO REDE AT E BT (SANGA DA AREIA) | 9.938,87 |
| Total | | 289.720,49 |

5. REMUNERAÇÃO DAS IMOBILIZAÇÕES EM CURSO

A empresa, utilizando-se da faculdade permitida pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, não efetuou para o exercício de 2011 o cálculo e o respectivo registro contábil dos Juros sobre Obras em Andamento – JOA, quando aplicáveis.

6. PROCEDIMENTOS DE SEGREGAÇÃO FÍSICA E CONTROLES CONTÁBEIS DOS MATERIAIS, PARA REGISTRO NA CONTA 132.03.1.9.94 – MATERIAL EM DEPÓSITO

Os procedimentos e controles contábeis adotados pela Companhia são aqueles previstos nos tópicos específicos referentes à conta, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Os estoques registrados na conta 132.03.1.9.94 – Material em Depósito foram inventariados fisicamente em dezembro de 2011, nos termos do item nº 27 das Instruções Gerais do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Os materiais comuns aos almoxarifados de obras e de manutenção são armazenados no mesmo local, sendo observada a necessária segregação física.

7. VALOR DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS

Em atendimento aos requisitos emanados pela Deliberação CVM 527, de 1º de novembro de 2007, que aprova o pronunciamento técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a empresa realizou testes necessários a fim de verificar a recuperabilidade do Imobilizado e Intangível e constatou que não há redução ao valor recuperável dos ativos.

8. COMENTÁRIOS SOBRE AS PRINCIPAIS ALIENAÇÕES E DESATIVAÇÕES NO EXERCÍCIO

As desativações e alienações ocorridas no exercício são representadas por um grande número de itens individualmente não relevantes em termos de valores em relação ao ativo operacional.

As desativações e alienações ocorridas no exercício foram realizadas, em sua maioria, em função da manutenção do sistema elétrico, tendo como principais itens os transformadores e postes desativados, basicamente, por motivo de queima e quebra, respectivamente. As demais desativações e alienações ocorreram devido à reforma de instalações ou à substituição de equipamentos.



AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

II - Considerações Finais

Nossos exames foram processados pelo método de amostragem, na extensão e profundidade julgadas necessários na oportunidade, tendo por base o conjunto de controles internos adotados pela entidade, relatórios e peças contábeis e outros documentos colocados a nossa disposição.

Os trabalhos foram desenvolvidos atendendo aos princípios técnicos e normas de auditoria usualmente adotadas, de acordo com o que recomenda o Conselho Federal de Contabilidade e levou em consideração a legislação tributária, comercial e cooperativista vigente.

Como nossas verificações foram realizadas mediante a aplicação de testes ou amostragem, não descartamos a hipótese da existência de outras ocorrências não reveladas na auditoria.

O conhecimento do conteúdo deste relatório deve estar restrito à **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE GRAVATAL - CERGRAL**. A utilização para outros fins que não o interno, será de responsabilidade de sua administração.

Permanecemos ao inteiro dispor dos senhores para quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Atenciosamente.



Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável-Contador - CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012

I - RELATÓRIO CONTROLES INTERNOS

Como parte integrante do trabalho desenvolvido por essa auditoria independente e atendendo ao que estabelece a Resolução 444 da ANEEL, fizemos as seguintes considerações:

1 - Opinião do auditor sobre as Demonstrações Contábeis

A nossa opinião está expressa no parecer sobre as demonstrações contábeis auditadas, que faz parte integrante deste relatório. Não observamos situações que possam vir a comprometer o equilíbrio patrimonial e financeiro da entidade no curto prazo, mantendo-se o atual modelo de gestão e conjuntura de mercado.

2 - Avaliação da qualidade e adequação dos controles internos

2.1 - Ambiente de Controle Interno

Na nossa avaliação, a entidade possui controles internos adequados diante de sua estrutura operacional e complexidade das operações, especialmente com relação a observação das práticas contábeis e controles auxiliares.

A entidade possui como elementos básicos de seus controles as seguintes instituições:

- Estatuto social
- Conselhos de administração e fiscal
- Departamento de informática
- Departamento de contabilidade
- Auditoria independente

A cooperativa possui política de treinamento e conscientização do corpo funcional a respeito dos riscos e controle internos, se utilizando do programa de treinamento disponibilizado pelo OCESC E SESCOOP-SC em parceria com a FECOERUSC.



3 – Identificação e Avaliação de Riscos

3.1 – Monitoramento Contábil e Fiscal

O monitoramento contábil e fiscal é executado pela auditoria interna terceirizada, mediante revisões trimestrais de aspectos contábeis e de controles internos, aspectos fiscais e tributários e aspectos societários.

As técnicas de monitoramento utilizadas abrangem os seguintes procedimentos:

Conciliação geral de contas – preparação de análises dos saldos das contas patrimoniais e de resultados, visando a exatidão dos saldos quando comparados com os relatórios gerados pelos controles analíticos e, na ausência destes, com base em resumos do razão contábil e no exame da documentação suporte.

Contagem física de bens e valores – contagem de numerários em caixa, bens em estoque e títulos de crédito, visando a confirmação da sua existência física e estado de conservação e liquidez.

Revisão de aspectos fiscais e tributários – revisão dos procedimentos referentes a apuração de tributos, municipais, estaduais e federais e o cumprimento de obrigações acessórias.

Análises comparativas – preparação de dados relativos ao faturamento e custos em termos físicos e financeiros, comparando os montantes de períodos mensais atuais com iguais períodos do ano imediatamente anterior, demonstrando sua evolução graficamente. Análise vertical do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício.

Revisão de aspectos societários – revisão dos livros de atas de assembléia, de reunião do conselho de administração e do conselho fiscal.

Preparação de demonstrações contábeis – assessoria na elaboração de demonstrações contábeis para fins societários e fiscais, de acordo com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

3.2 – Monitoramento Operacional

O monitoramento operacional é realizado pelo departamento técnico sob a responsabilidade de um Engenheiro Eletricista e supervisão direta do Presidente.

Atendimento

A cooperativa utiliza um moderno *software* de gestão desenvolvido pela empresa Useall Sistemas. O programa contém um módulo denominado Atendimento, o qual registra todas as solicitações de serviços de manutenção de redes de distribuição. Ao final de cada período mensal, são emitidos relatórios dos atendimentos realizados para fins de análise e avaliação em reunião do Conselho de Administração e para compor a relatório anual de prestação de contas da administração e atendendo a regulamentação da ANEEL.

4. Documentação Legal

4.1- Ata de AGO

As Assembléias Gerais são realizadas nos primeiros três meses do exercício subsequente ao de encerramento.

As deliberações estão de acordo com as determinações da lei cooperativista e o estatuto social da cooperativa.

As atas são elaboradas e encaminhadas a JUCESC para registro.

4.2 - Do Conselho de Administração

O Conselho de Administração reúne-se mensalmente deliberando de acordo com o que determina o artigo 32º do Estatuto Social.

4.3 - Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal reúne-se mensalmente deliberando de acordo com o que determina o artigo 38º do Estatuto Social.

O Conselho Fiscal emitiu parecer referente às contas do exercício 2011 em 27 de fevereiro de 2012.

4.4 - Estatuto Social

O Estatuto Social vigente possui disposições atualizadas considerando sua última alteração ocorrida na Assembléia Geral Extraordinárias de 10 de Outubro de 2009.

4.5 - Prestação de Contas

A prestação anual de contas obedece o disposto no art. 44 da Lei 5764/71, oferecendo volume considerável de informações sobre as atividades da cooperativa em seu relatório da gestão.

5 – Gerenciamento do Risco de Crédito

a) Provisão

O registro contábil da provisão é suportada pelo Sistema USEALL. Verificamos que o montante provisionado na contabilidade, posição 31/12/2011, atende o que dispõe a Resolução da ANEEL, conforme demonstramos a seguir:

| Descrição | 2011 | 2010 |
|----------------------|------------------|-----------------|
| ❖ Residencial | 6.736,08 | 6.479,39 |
| ❖ Industrial | 474,56 | 0,00 |
| ❖ Comercial | 2.795,08 | 2.703,56 |
| ❖ Rural | 608,06 | 741,38 |
| ❖ Poder Público | 34,93 | 0,00 |
| ❖ Iluminação Pública | 0,00 | 0,00 |
| ❖ Serviço Público | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 10.648,71 | 9.924,33 |

Total das Operações com Fornecimento

Em 31/12/2011 **R\$ 911.569,08**

Em 31/12/2010 **R\$ 789.695,55**

Em 31/12/2010 o valor da provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa era de R\$ 9.924,33, correspondente a 1,26% do total das Operações de Fornecimento.

Em 31/12/2011 o valor da provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é de R\$ 10.648,71 e corresponde a 1,17% do total das Operações de Fornecimento.

Na comparação de 2010 com 2011, percebe-se um crescimento de 15,43% nas operações com fornecimento e um crescimento de 7,30% nas provisões.



AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

b) Saldos de Operações Inadimplentes

De acordo com os relatórios em 31/12/2011 a cooperativa possuía um total de operações vencidas de R\$ 216.828,98. Este montante representa 28,58% do total das operações de fornecimento.

| Consumidor | 2011 | | | | | |
|--------------------|-------------------|--------------|-------------------|--------------|-------------------|---------------|
| | Vincendos | % | Vencidos | % | Total | % |
| Residencial | 245.664,55 | 26,95 | 86.561,64 | 9,50 | 332.226,19 | 36,45 |
| Industrial | 96.694,80 | 10,61 | 47.051,58 | 5,16 | 143.746,38 | 15,77 |
| Comercial | 228.434,63 | 25,06 | 49.920,28 | 5,48 | 278.354,91 | 30,54 |
| Rural | 66.393,11 | 7,28 | 16.066,95 | 1,76 | 82.460,06 | 9,05 |
| Poder Público | 11.419,27 | 1,25 | 10.710,01 | 1,17 | 22.129,28 | 2,43 |
| Iluminação Pública | 33.051,56 | 3,63 | 0,00 | 0,00 | 33.051,56 | 3,63 |
| Serviço Público | 3.921,39 | 0,43 | 0,00 | 0,00 | 3.921,39 | 0,43 |
| Outros Créditos | 9.160,79 | 1,00 | 6.518,52 | 0,72 | 15.679,31 | 1,72 |
| TOTAL | 694.740,10 | 76,21 | 216.828,98 | 23,79 | 911.569,08 | 100,00 |

Verificamos redução na inadimplência em dezembro/11, quando comparado com o mesmo período de 2010, na ordem de 3,92%.



AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

6 - Resultado do Exercício

A **Cooperativa de Eletricidade de Gravatal- CERGRAL**, apresentou sobras em 31/12/2011, no montante de R\$ 638.594,32, com a seguinte distribuição:

| Discriminação | Valor |
|---|---------------------|
| 1. Sobras do Exercício de 2011 | 638.594,32 |
| 2. (-) RATES | (68.713,82) |
| 3. (-) Reserva Legal | (59.987,42) |
| 4. (-) Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhorias | (209.955,97) |
| 5. Total das Destinações Estatutárias (2+3+4) | (338.657,21) |
| 6. Sobras Após as Destinações (1+5) | 299.937,11 |
| 7. RATES | 113.871,16 |
| 8. Reserva de Manutenção Ampliação e Melhorias | 211.941,18 |
| 9. Realizações das Reservas (7+8) | 325.812,34 |
| 10. SOBRAS LÍQUIDAS A DISPOSIÇÃO DA A.G.O. (6+9) | 625.749,45 |

Observamos uma redução de 39,32% nas sobras em comparação a 2010, devido principalmente a redução no valor das tarifas e aumento de 9,54% no custo com Energia Elétrica Comprada para Revenda.

7 - Certidões Negativas

Foram apresentadas as certidões negativas fiscais de tributos do INSS emitida pela Receita Federal do Brasil sob número 000102012-20001170, Estadual emitida pela Secretaria do Estado da Fazenda sob número 120140024472709, FGTS emitida pela Caixa Econômica Federal sob número 2012042011115728338499 e certidão Positiva com efeito de negativa de tributos federais emitida pela Receita Federal, sob número 4297.A2EA.3B08.37F1 com validade até 10/09/2012.



II - Considerações Finais

Nossos exames foram processados pelo método de amostragem na extensão e profundidade julgada necessárias na oportunidade, tendo por base o conjunto de controles internos adotados pela entidade, relatórios e peças contábeis e outros documentos colocados a nossa disposição.

Os trabalhos foram desenvolvidos atendendo aos princípios técnicos e normas de auditoria usualmente adotadas, de acordo com o que recomenda o Conselho Federal de Contabilidade e levou em consideração a legislação tributária, comerciais e cooperativistas vigentes.

Como nossas verificações foram realizadas mediante a aplicação de testes ou amostragem, não descartamos a hipótese da existência de outras ocorrências não reveladas na auditoria.

O conhecimento do conteúdo deste relatório deve estar restrito à **Cooperativa de Eletricidade de Gravatal- CERGRAL**. A utilização para outros fins que não o interno, será de responsabilidade de sua administração.

Permanecemos ao inteiro dispor dos senhores para quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Atenciosamente,



Hermenegildo João Vanoni
Contador - CRC-SC/14.874/O -7

AUDICONSULT Auditores S/S
Registro: CRC-SC 4.012

5 – BALANÇO SOCIAL

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro

VI - Balanço Social

(Valores expressos em milhares de reais)

| 1 Base de Cálculo | 2011 | | | 2010 | | |
|---|-----------------|---------|--------|-----------------|---------|--------|
| Receita Líquida (RL) | 5.499,80 | | | 5.623,11 | | |
| Resultado Operacional (RO) | 640,15 | | | 1.037,16 | | |
| Folha de Pagamento Bruta (FPB) | 1.549,39 | | | 1.193,38 | | |
| 2 Indicadores Sociais Internos | Valor (R\$/mil) | % S/FPB | %S/RL | Valor (R\$/mil) | % S/FPB | %S/RL |
| Encargos Sociais Compulsórios | 347,31 | 22,42% | 6,31% | 246,10 | 20,62% | 4,38% |
| Saúde - Convênio Assist. Médica e Farmácia | 17,42 | 1,12% | 0,32% | 23,03 | 1,93% | 0,41% |
| Alimentação | 22,19 | 1,43% | 0,40% | 16,34 | 1,37% | 0,29% |
| Outros - Seguros | 2,33 | 0,15% | 0,04% | 2,14 | 0,18% | 0,04% |
| Total - Indicadores Laborais | 389,25 | 25,12% | 7,08% | 287,61 | 24,10% | 5,11% |
| 3 Indicadores Sociais Externos | Valor (R\$/mil) | % S/RO | %S/RL | Valor (R\$/mil) | % S/RO | %S/RL |
| Tributos (excluídos encargos sociais) | 1.889,26 | 295,13% | 34,35% | 1.693,18 | 163,25% | 30,11% |
| Total - Indicadores Sociais | 1.889,26 | 295,13% | 34,35% | 1.693,18 | 163,25% | 30,11% |
| 4 Indicadores do Corpo Funcional | Em Unidades | | | Em Unidades | | |
| Empregados ao final do período | 35 | | | 34 | | |
| Admissões durante o período | 3 | | | 4 | | |
| Demissões durante o período | 2 | | | 2 | | |
| Empregados acima de 45 anos | 14 | | | 13 | | |
| Mulheres que trabalham na empresa | 5 | | | 5 | | |
| 5 Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania | | | | | | |
| Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa | 10,0 | | | 5,9 | | |
| Número total de acidentes de trabalho | 0 | | | 0 | | |

6 - PARECER CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Procedemos o exame detalhado das Contas referente ao exercício de 2011 da **Cooperativa de Eletricidade de Gravatal – CERGRAL**, compreendendo o Balanço Patrimonial, contas de sobras e perdas, contabilidade, saldo de caixa, conciliação bancária e demais documentos, bem como o relatório da administração.

Cumprindo as determinações estatutárias que nos foi conferido, com base nas reuniões regulamentares de nossa gestão durante as quais tomamos conhecimento de todos os negócios da Cooperativa e, tendo encontrado tudo em perfeita ordem, conforme determina o Estatuto Social, aprovamos as contas do exercício de 2011 sem restrições.

Gravatal/SC, 27 de Fevereiro de 2012.


Nunes Agostinho de Oliveira

Membro do Conselho Fiscal Efetivo


Herclio Correa Bez

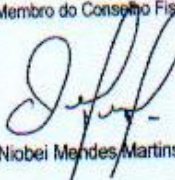
Membro do Conselho Fiscal Efetivo


Geraldo Bittencourt Bergler

Membro do Conselho Fiscal Efetivo


Anderson Polcarpo Dairela Neves

Membro do Conselho Fiscal Suplente


Niobei Mendes Martins

Membro do Conselho Fiscal Suplente


Dilton Ferminio Fidelis

Membro do Conselho Fiscal Suplente